

SOLANGE BATISTA DE SOUZA

**EXTENSÃO RURAL E JUVENTUDE: A EXPERIÊNCIA DOS CLUBES 4-S EM
MINAS GERAIS (1950-1980).**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de Magister Scientiae.

**VIÇOSA
MINAS GERAIS-BRASIL
2015**

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da
Universidade Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

S729e
2015 Souza, Solange Batista, 1988-
Extensão rural e juventude : a experiência dos Clubes
4-S em Minas Gerais (1950 - 1980) / Solange Batista Souza. -
Viçosa, MG, 2015.
x, 90f. : il. ; 29 cm.

Inclui anexo.

Inclui apêndices.

Orientador : Marcelo Leles Romarco de Oliveira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Viçosa.

Referências bibliográficas: f.83-87.

1. Extensão rural. 2. Extensão rural - História - Minas
Gerais. 3. Juventude rural. 4. Clubes 4-S. 5. Empresa de
Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas
Gerais. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de
Economia Rural. Programa de Pós-graduação em Extensão
Rural. II. Título.

CDD 22. ed. 630.98151

SOLANGE BATISTA DE SOUZA

**EXTENSÃO RURAL E JUVENTUDE: A EXPERIÊNCIA DOS CLUBES 4-S EM
MINAS GERAIS (1950-1980).**

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Extensão Rural,
como parte das exigências para
obtenção do título de Magister
Scientiae.

Aprovada: 18 de maio de 2015.

Prof.^a Bianca Aparecida Lima Costa
(DER)

Prof.^a France Maria Gontijo Coelho
(DER)

Prof. Marcelo Leles Romarco de Oliveira
(Orientador)

A Deus, pela vida
A Janeo Eustáquio, pelo amor, apoio e companheirismo, dedico

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela vida, e por me conceder a oportunidade chegar a Universidade Federal de Viçosa, instituição na qual fui aceita e que possibilitou transformar as minhas ideias em pesquisa, transformando também o meu modo de compreender a vida.

Agradeço a todos os Professores do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, com os quais tive a oportunidade de aprender, em especial ao Professor Marcelo Leles, pela orientação, paciência, e por contribuir de forma grandiosa para a elaboração deste trabalho. Foi uma honra ter sido orientada por este excelente profissional e pessoa com um grande coração.

A Professora Bianca e a Professora France, por terem aceitado participar da banca de defesa, e por todo conhecimento adicionado a esta dissertação.

Agradeço a Universidade Estadual de Goiás, e aos meus professores de graduação, por despertarem em mim o anseio pela pesquisa.

As minhas amigas Elisa Júlia e Flávia, que mesmo distante, torceram pela concretização de mais essa etapa em minha vida.

Agradeço a minha amiga Débora Paula, pela amizade sincera e pelos agradáveis momentos de convívio ao longo do curso, levarei as suas doces palavras e seus ensinamentos por toda minha vida. A Nayhara Martins, pela amizade e companheirismo no decorrer do curso, e por toda doçura e gentileza em nossa convivência.

Meu agradecimento a Dayane Rouse, não só no âmbito acadêmico, como também pessoal, por me ajudar tantas vezes, se tornando uma pessoa muito especial em minha vida.

A minha amiga e grande profissional Andréa Costa, pela inspiração e pelo apoio a mim dispensado durante o mestrado.

Agradeço a meus pais, Maura e Eustáquio, e ao meu irmão José Luiz, por ter sido a minha base em todos os momentos e desejarem sempre o melhor em minha vida, me fazendo crer cada vez mais na importância da família. Não tenho palavras para expressar o quanto agradeço a Deus e sou feliz por ter tido uma família tão abençoada, uma mãe tão cuidadosa, um pai tão presente e um irmão maravilhoso, que foi minha companhia nas brincadeiras de infância, e prossegue sendo um companheiro no decorrer da vida.

Ao meu querido Janeo Eustáquio, por todo apoio, dedicação, paciência, e o mais importante, por ser a minha segunda família.

Aos extensionistas da EMATER-MG, alguns pioneiros, outros ainda no desempenho do ofício, sempre solícitos as conversas e entrevistas, um agradecimento especial a Marisa Dulce Pereira. Aos especialistas em 4-H da University of Florida, pelas entrevistas concedidas e pela receptividade nos EUA.

O meu agradecimento a toda sociedade brasileira, e ao CNPQ pelo apoio financeiro ao longo do mestrado.

E, por último, mas não menos importante, o meu agradecimento a todos os colegas do mestrado da turma 2013/01 pela agradável convivência, e a todos os funcionários do Departamento de Economia Rural, sempre tão dedicados em resolver nossos problemas.

A todos, o meu agradecimento!

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURA.....	vi
LISTA DE QUADROS	vii
LISTA DE SIGLAS	viii
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1. ABORDAGEM METODOLÓGICA	4
1.1. Percurso metodológico.....	5
CAPÍTULO 2. REFERENCIAS TEORICAS E HISTORICAS SOBRE EXTENSAO RURAL E MODERNIZACAO.....	9
2.1 Origem da Extensão Rural.....	9
2.2 A Extensão Rural no Brasil em contexto de modernização da agricultura	24
2.3. As novas configurações adquiridas pela agricultura.....	36
CAPÍTULO 3 - CLUBES 4-H: OS GRUPOS DE JOVENS NOS EUA.....	39
3.1. A gênese dos Clubes de meninos e meninas nos EUA.....	39
3.2. Os Clubes 4-H no século XXI	45
CAPÍTULO 4 – CLUBES 4-S NO BRASIL: A EXPERIÊNCIA EM MINAS GERAIS.....	48
4.1. A Juventude Rural no período de 1950 a 1980.....	48
4.2. Educação no campo, Extensão Rural e seus desígnios.....	51
4.3. A Juventude Rural no Regime Militar.....	54
4.4. “Igrejinha, o começo de tudo”	57
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
6. REFERÊNCIAS	80
6.1. FONTES DOCUMENTAIS:	85

LISTA DE FIGURA

Figura 1: Imagem de uma visita técnica realizada pelo agrônomo e a economista doméstica em uma propriedade em Minas Gerais	19
Figura 2: A economista doméstica e o Jipe.....	23
Figura 3: Aumento de produtividade de novas culturas por área plantada	35
Figura 4: Evolução no número de vendas de maquinários e fertilizantes agrícolas	38
Figura 5: Trevo de quatro folhas, o símbolo oficial do Clube 4-H	41
Figura 6: Meninas do estado de Iowa.....	42
Figura 7: Registro de acampamento no Estado de Iowa	43
Figura 8: Pôster representado a mistura étnica de membros 4-H.....	45
Figura 9: Cartaz exposto no acervo da EMATER-MG.....	59
Figura 10: Cartilhas para projetos específicos de Clube 4-S	66
Figura 11: Meninas 4-S durante aulas de culinária e corte e costura.....	66
Figura 12: Jovens do Clube 4-S durante Semana da Juventude Rural.....	67
Figura 13: Residência reformada através do trabalho de jovens do Clube 4-S	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Identificação dos extensionistas brasileiros entrevistados.....	8
Quadro 2: Identificação dos extensionistas norte americanos entrevistados	9
Quadro 3: População residente, por situação de domicílio no período de 1940-2010.....	28

LISTA DE SIGLAS

- ABCAR** – Associação Brasileira de Crédito de Assistência Rural
- ACAR** – Associação de Crédito e Assistência Rural
- AMAER** – Associação dos extensionistas aposentados da EMATER-MG.
- ATER** – Assistência Técnica e Extensão Rural
- AIA** – American International Association
- CBAR** – Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais
- EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EMATER-MG** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
- EMBRATER** – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- ESAV** – Escola Superior de Agricultura e Veterinária
- ETA** – Escritório Técnico de Agricultura Brasil – Estados Unidos
- PNATER** – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
- SIBRATER** – Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
- SNCR** – Sistema Nacional de Crédito Rural
- USDA** – Departamento de agricultura dos Estados Unidos
- UFV** – Universidade Federal de Viçosa
- UREMG** – Universidade Rural do Estado de Minas Gerais

RESUMO

SOUZA, Solange Batista de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, maio de 2015. **Extensão Rural e Juventude: A Experiência dos Clubes 4-S em Minas Gerais (1950-1980)**. Orientador: Marcelo Leles Romarco de Oliveira.

O presente trabalho teve o intuito de analisar a atuação dos Clubes 4-S em Minas Gerais, por meio do trabalho da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG). A partir de uma pesquisa documental no acervo de documentos da EMATER-MG e da realização de entrevistas com extensionistas que trabalharam durante a vigência do Clube 4-S, foi possível formular uma narrativa sobre a história da Extensão Rural e sua atuação na vida da Juventude Rural mineira entre as décadas de 1950 a 1980. Foi possível identificar que a implantação do Clube 4-S em Minas Gerais possibilitou mudanças no meio rural, no entanto, algumas transformações não alcançaram toda juventude, o que culminou em um processo de exclusão no meio rural.

ABSTRACT

SOUZA, Solange Batista de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, May, 2015. **Rural Extension and Youth: The Experience of Clubs 4-S in Minas Gerais (1950-1980).**

Adviser: Marcelo Leles Romarco de Oliveira.

This study aimed to analyze the performance of the 4 -S Clubs in Minas Gerais, through the Company's work Technical Assistance and Rural Extension of the State of Minas Gerais (EMATER -MG). From documentary research in the collection of documents of EMATER -MG and interviews with extension workers that worked during the term of the 4-S Club, it was possible to formulate a narrative about the history of the Rural Extension and their role in rural youth of life mining from the 1950 to 1980. It was possible to identify that the implementation of the 4-S Club in Minas Gerais possible changes in rural areas, however, some changes did not reach all youth, culminating in a process of exclusion in half rural.

INTRODUÇÃO

Ao se refletir sobre as ações voltadas para a juventude rural na atualidade, que despertou o interesse em entender como se desempenhou a principal política até hoje desenvolvida no Brasil para a juventude rural, que foram os Clubes 4-S (saber, sentir, saúde e servir). Portanto a presente pesquisa investiga a trajetória e atuação dos clubes de jovens rurais e sua implantação no meio rural, por meio do Serviço de Extensão Rural em Minas Gerais, entre as décadas de 1950 a 1980.

A partir da discussão do contexto desenvolvimentista da época foi possível compreender as razões que explicam o modo como se configuraram as atividades e vivências dos jovens participantes do Clube 4-S no decorrer dos 30 anos de efetivação do programa no Brasil.

Os Clubes 4-S se configuraram como uma das principais ações voltadas para a juventude rural desenvolvida logo no início da implantação da Extensão Rural no Brasil. Para entender melhor a implementação dessa política pública, foi necessário realizar uma análise ampla das relações econômicas e políticas estabelecidas no contexto das políticas de desenvolvimento do país a partir dos anos de 1950.

Dentre as estratégias da Extensão Rural para melhorar o trabalho no campo, surgiram as propostas dos Clubes 4-S, que reuniam rapazes e moças, organizados em grupos e com a orientação de extensionistas que orientavam várias atividades educativas. Os Clubes realizavam atividades como lavoura demonstrativa, cultivo de horta, campanhas voltadas à higiene pessoal, melhoramento nas edificações da propriedade, seminários e encontros com atividades recreativas, entre outras atividades para demonstrar os benefícios e as vantagens que a modernização da agricultura poderia proporcionar ao campo (VIEBRANTZ, 2008).

Os Clubes 4-S foram um modelo de programa importado dos EUA, que tinha como orientação as experiências espelhadas nos Clubes 4-H norte-americanos, que, através de uma proposta assistencialista para o meio rural, objetivavam relacionar o conhecimento científico com a prática, aplicando-o nas comunidades rurais que ainda não possuíam métodos modernos destinados à agricultura. Suas atividades tinham em vista contribuir para a modernização da agricultura a partir da mudança de atitudes, sobretudo,

junto aos jovens rurais. Como símbolo, os clubes de 4S tinham um trevo de quatro folhas, com a letra S distribuída em cada folha, que significavam: Saber, Sentir, Saúde e Servir.

Assim, esta investigação se refere a um programa que atuou entre as décadas de 1950 e 1980, no estado de Minas Gerais, período esse que culmina com as primeiras ações do programa e o seu declínio.

No que se refere a relação da atuação do Clube 4-S e os serviços de Extensão Rural brasileiro, percebe-se que os Clubes serviram como espaço de difusão de tecnologia e laboratórios de experiências, onde os jovens rurais eram apresentados a pacotes tecnológicos e a novas propostas que tinha como intuito mudar os modos de vida da população do campo. Naquela época, o meio rural brasileiro era identificado enquanto o lugar responsável pelo atraso e como um espaço de entrave para o desenvolvimento brasileiro, (SILVA, 2002), o que justificava as ações de mudanças induzidas.

Essa realidade estava indo de encontro com os processos modernizadores do campo, intensificado principalmente a partir da década de 1960, período esse marcado pela modernização conservadora da agricultura que preconizava a inserção do capital no campo através da concretização de um setor industrial voltado para a produção de equipamentos e insumos para a agricultura, ou seja, para a formação dos complexos agroindustriais (TEIXEIRA, 2005).

No embalo modernizador do campo brasileiro, os serviços de extensão rural via o jovem rural como a “semente” capaz de auxiliar na construção da grandeza da agricultura brasileira, e por consequência, a “grandeza do Brasil” (GOMES, 2013). Mas, além de ser a semente, o jovem também se tornou sujeito deste processo: “nós plantamos o progresso da Nação” (SILVA, 2002:9). Nesse sentido, estes jovens do campo passaram a ser “assistidos” cada vez mais pela Extensão Rural, pois necessitavam capacitar-se para bem responder ao processo que a agricultura adentrava.

Os projetos desenvolvidos pelo Clube 4-S visavam à modernização da prática da agricultura, mas objetivavam também a mudança dos modos de vida das populações rurais. Formados por jovens rurais filhos de agricultores, com idade média de 10 a 25 anos, os Clubes funcionavam sob a orientação do Serviço de Extensão Rural, contando com o auxílio de líderes voluntários das comunidades rurais. Os jovens participavam de cursos, palestras e atividades direcionadas para o trabalho agrícola, viabilizados por

fundos e convênios entre a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR-MG) ¹ e várias outras organizações assistenciais, além do apoio de empresas privadas de variados segmentos.

Um dos princípios do Clube 4-S em Minas Gerais, assim como nos vários outros estados brasileiros onde se fez presente, era organizar grupos de até 20 jovens por Clube, em todas as comunidades rurais. Os Clubes contavam com o apoio dos pais dos jovens, que deveriam supervisionar o trabalho desenvolvido pelos membros do Clube, bem como identificar suas necessidades, possibilitando que os técnicos da ACAR, em cada visita, fossem capazes de suprir as necessidades desses jovens, assumindo posturas ativas e transformadoras, encontrando assim, alternativas para os problemas da comunidade.

Como hipótese de trabalho, entende-se que a Juventude Rural submetida à ação extensionista por meio dos Clubes 4-S vivenciaram um discurso detentor de um alto grau de idealismo, que tinha como pressuposto que a juventude poderia alcançar melhores patamares tanto econômicos como sociais, se incorporasse as ações e a filosofia do Clube.

Dessa forma, nesta dissertação procurou-se responder às seguintes questões: Quais eram os objetivos da Extensão Rural junto à juventude no período em que os Clubes 4S funcionaram no Brasil? Quais eram as justificativas e a metodologia do trabalho desenvolvido com a Juventude Rural no Brasil? Em que medida esses Clubes reproduziram o modelo norte-americano?

Fundamentado nessas perguntas preliminares, o recorte temporal da pesquisa (1950-1980) tem como objetivo central entender a fundamentação e justificativa dos Clubes 4-S e sua atuação e extinção em Minas Gerais. Assim, essa dissertação se encontra dividida em cinco capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

O primeiro capítulo, Abordagem Metodológica, detalhará os instrumentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento desta dissertação.

O segundo capítulo, intitulado A Extensão Rural no Brasil, fará o resgate histórico acerca da institucionalização do Serviço de Extensão Rural no Brasil, bem como das relações estabelecidas entre Brasil e Estados Unidos, que resultaram em vários convênios de cooperação técnica firmados partir da década de 1940. O capítulo discorrerá também

¹ A ACAR-MG se tornou posteriormente EMATER-MG

sobre as principais mudanças ocorridas na agricultura brasileira e sua participação no desenvolvimento econômico do país. Aspectos como o processo de expansão agrícola, modernização conservadora, políticas de apoio ao meio rural são abordados como temas fundamentais para a discussão das transformações ocorrida do campo, identificando uma série de mudanças no modo de vida da população rural.

O terceiro capítulo, intitulado Clubes 4-H: Os Grupos de Jovens nos EUA pretende apresentar a origem dos Clubes 4-H, sua estrutura e funcionamento, buscando descrever as principais mudanças ocorridas desde o início do Clube, até os dias atuais.

No quarto capítulo, identificado como Juventude Rural nos Clubes 4-S buscará descrever o modo como viveram e atuaram os jovens “quatroessistas²”. Nessa parte do trabalho discutirá a juventude entre o período de 1950 e 1980, abordando questões como educação no campo, aspectos culturais, morais e cívicos, bem como a presença e atuação juvenil no campo, buscando identificar a trajetória da juventude rural frente ao contexto de modernização e desenvolvimento desencadeado após a década de 1950 no Brasil.

O capítulo 5, Clubes 4-S no Brasil: A experiência em Minas Gerais analisará o sentido dado por esses atores sociais (jovens rurais e extensionistas) às práticas e experiências sociais promovidas pela Extensão Rural, onde, objetivou responder por qual motivo houve a extinção do trabalho desenvolvido com a juventude rural entre as décadas de 1950 a 1980. Buscando compreender, por meio de análises de entrevistas e da literatura, os jovens quatroessistas e a ideia de modernização acrescentada ao meio rural de Minas Gerais, local adotado como lócus dessa pesquisa.

Por fim, as considerações finais desta pesquisa, onde será feita a discussão final sobre os dos dados obtidos, apresentando as possíveis corroborações desse trabalho.

CAPÍTULO 1. ABORDAGEM METODOLÓGICA

² O termo quatroessista é utilizado por Gomes (2013), para fazer menção aos jovens que participavam dos Clubes 4-S.

Este estudo compreende a época de 1950 a 1980, período que corresponde a instauração do serviço de extensão rural no Brasil e ao início do trabalho com jovens rurais a partir da introdução dos Clubes 4-S no Brasil, em especial os clubes que se centralizaram no meio rural de Minas Gerais. A escolha deste estado como lócus da pesquisa, justifica-se pelo fato desse estado ter sido o primeiro a trabalhar com a metodologia de grupos de meninos e meninas, e, conseqüentemente sendo o primeiro a implantar o Clube 4-S no Brasil.

Nessa perspectiva, consideram-se os jovens rurais, sujeitos dessa pesquisa, como atores sociais que viveram as transformações sociais, econômicas e culturais ocorridas no modo de vida do campo, mas que, de uma maneira especial, vivenciaram questões relacionadas a juventude e a mudança imposta pela atuação da Extensão Rural no meio rural.

1.1. Percurso metodológico

O presente trabalho possui caráter exploratório-descritivo de abordagem qualitativa. Para Minayo (1993) a pesquisa qualitativa é uma forma para se obter conhecimento de um fenômeno social. Dessa forma, esta pesquisa foi realizada em duas fases, sendo que a segunda fase teve dois momentos distintos.

A **primeira fase** consistiu em uma pesquisa bibliográfica sobre os temas relacionados a esse estudo: modernização da agricultura, juventude, educação no campo e extensão rural, tendo como contexto sócio antropológico o mundo rural no período de 1950 a 1980 e suas transformações no Brasil.

Além disso, foi realizada entre os meses de setembro e outubro de 2014, uma pesquisa documental, no Centro de Documentação e Pesquisa em Extensão Rural Engenheiro José Alfredo Amaral de Paula, localizado no escritório da EMATER, na cidade de Belo Horizonte MG.

De acordo com Gil (2002), a pesquisa documental fundamenta-se em assuntos que ainda não receberam algum tipo de tratamento analítico, ou que ainda possam ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Ainda para o autor, na pesquisa documental é indispensável a organização de documentos com a finalidade de

proporcionar-lhes um novo grau de importância como fonte de dados. Nesse momento da pesquisa, objetivamos compreender o cotidiano em que os jovens rurais e outros atores sociais que se tornaram visíveis no cenário rural no qual se encontravam inseridos, bem como analisar o conteúdo do material produzido sobre a juventude rural entre as décadas de 1950 a 1980 em Minas Gerais.

O material disponível no centro de documentação se encontrava em forma de exposição, sendo considerado um acervo histórico, porém este, durante o período em que foi realizada a pesquisa, não se encontrava aberto ao público para visitação, em razão da falta de funcionário para o setor, pois, o antigo funcionário designado para tal função, havia se aposentado recentemente. No entanto, a funcionária da biblioteca foi autorizada a acompanhar a pesquisadora durante a pesquisa no centro de documenta o, sendo dessa forma possível a entrada e a pesquisa no centro de documenta o.

Ao deparar-se com a infinidade de material produzido em torno dos Clubes 4-S no período de 1950 e 1980, foi necessário priorizar aqueles que apresentavam uma rela o de maior proximidade com os objetivos da pesquisa, proporcionando uma melhor compreensão sobre o seu cont do, buscando traçar o perfil do jovem rural e suas principais a es dentro dos Clubes 4-S. Entre os documentos foram encontradas diversas revistas, cartilhas, jornais, folhetos informativos, fotografias, desse modo, foram analisados artigos publicados em revistas e em jornais, periódicos, tabelas estatísticas, documentos e fotografias.

  importante destacar que em respeito ao recorte histórico adotado no trabalho, o texto trará como categoria a denomina o pequenos produtores familiares ao se referir aos que hoje são classificados como agricultores familiares. Esse destaque se deve ao fato de que a partir da década de 1990 existe todo um debate e mobiliza o dos movimentos sociais em torno da categoria agricultores familiares, que passaram a ser reconhecidos, pelo Estado, pela Lei 11.326 de junho de 2006.

A **segunda fase** desse trabalho consistiu na realiza o de entrevistas semiestruturadas, seguindo um roteiro de questões que se encontra em Anexo no final desse trabalho. Foram entrevistados extensionistas brasileiros, os quais foram selecionados por terem trabalhado com a Juventude Rural durante o período de atua o dos Clubes 4-S em Minas Gerais. No caso dos extensionistas e pesquisadores americanos, o critério utilizado para a escolha foi que tivessem trabalhado diretamente com projetos

e ações desenvolvidas para o Clube 4-H nos Estados Unidos. Considerando a importância de se compreender a filosofia e o trabalho dos Clubes que serviram de inspiração para o trabalho com a juventude rural no Brasil, esses personagens foram fundamentais para essa pesquisa.

É importante destacar que inicialmente, teve-se a intenção de entrevistar os jovens que participaram dos Clubes 4-S, no entanto, em razão do surgimento de dificuldades no que se refere à localização dos ex-integrantes dos clubes, não foi possível a realização dessas entrevistas.

Turato (2008) acrescenta que, as entrevistas semiestruturadas são a estratégia mais apropriada para coleta de dados, em razão de proporcionar maior interação mútua, viabilizando a identificação da linguagem, dos conceitos e dos valores dos entrevistados.

Na tentativa de elucidar nossas indagações, buscamos estruturar as entrevistas de acordo com as diferentes etapas da atuação do programa: a implantação, o relacionamento com a juventude e com a comunidade em geral, os aspectos do trabalho desenvolvido, entre outras questões, explorando em cada uma delas temas como o trabalho, a educação, lazer e aspectos financeiros, a fim de identificar os elementos que influenciaram a trajetória de tal associação.

Para se chegar aos extensionistas brasileiros foi necessário contato com a AMAER (Associação dos extensionistas aposentados da EMATER-MG), entidade que congrega, entre outros, associados que trabalharam com a juventude rural em décadas passadas. É importante destacar que a associação está localizada na sede no prédio da EMATER-MG. Esse primeiro contato, teve como objetivo apresentar a pesquisa, bem como explicar os objetivos, justificativa e a metodologia a ser utilizada.

Por meio do contato de e-mails e telefones, foi possível o agendamento das entrevistas, que ocorreram na sede da AMAER (Associação dos extensionistas aposentados da EMATER-MG), entre os meses de agosto e setembro de 2014, onde nos foi disponibilizada uma sala de reunião para a realização dos encontros. Assim, foram entrevistados extensionistas que trabalharam com a juventude rural durante o período de atuação do Clube 4-S no Brasil, ou seja, o entre as décadas de 1950 a 1980. Ao escolher os entrevistados, buscou-se priorizar aqueles que trabalharam diretamente com a juventude rural, no período de vigência dos Clubes.

Por meio das entrevistas tentou-se identificar diversos períodos do percurso e da atuação do Clube 4-S, bem como as memórias e histórias individuais daqueles que atuaram no espaço rural mineiro, atentando para compreender o momento, o lugar, as motivações e as diretrizes inseridas nas práticas dos extensionistas envolvidos.

Ao todo foram realizadas três entrevistas com extensionistas pioneiros no trabalho com Clube 4-S em Minas Gerais, que foram gravadas mediante autorização dos mesmos. No quadro 01 são apontadas algumas características dos entrevistados.

Quadro 01. Identificação dos entrevistados brasileiros.

Extensionista	Formação	Observação
Entrevista 01	Graduação em Economia Doméstica	Aposentado
Entrevista 02	Graduação em Agronomia	Aposentado
Entrevista 03	Graduação em Economia Doméstica	Está na Ativa

Fonte: Elaborado pela autora. 2015.

Como objetivo principal desse estudo foi analisar a implantação e atuação dos Clubes 4-S no Brasil, considerou-se pertinente, conhecer um pouco além da bibliografia e documentos, a dinâmica do programa que serviu de parâmetro para o surgimento dos Clubes. Nesse sentido, julgou-se necessário entender a estrutura e o funcionamento dos Clubes 4-H nos Estados Unidos, que serviu de inspiração não apenas para o Brasil, mas também para outros países de vários continentes. Diante da oportunidade de viagem aos EUA, realizada entre novembro de 2014 a janeiro de 2015, foram realizadas outras três entrevistas com pesquisadores e agentes 4-H norte-americanos.

Desse modo, após os contatos iniciais por meio de e-mails e pesquisas no site da Universidade da Flórida e do Departamento de Extensão, iniciou-se o processo de procura por informantes para a realização de entrevistas. Foi dada prioridade aos profissionais envolvidos diretamente com os projetos do 4-H. Por meio de conversas informais com pesquisadores e estudantes da Universidade da Flórida, foi possível localizar uma equipe de “agentes 4-H” na cidade de Gainesville, Flórida-EUA, que concordaram em conceder entrevistas. No Quadro a seguir, encontram-se algumas informações sobre os entrevistados.

Quadro 2. Identificação dos entrevistados nortes americanos

Extensionista	Formação	Observação
Entrevista 04	PHD-Agricultural Education	Coordenadora do Clube 4-H na Alachua County-EUA.
Entrevista 05	<i>Master's degree Agricultural Education and Communication.</i>	Extensionista
Entrevista 06	PHD-Agricultural Education	Pesquisador

Fonte: Elaborado pela autora. 2015.

Concluída a pesquisa, deu-se início a sistematização dos dados por meio da análise do material documental coletado, e, posteriormente, foi realizado a transcrição e análises das mesmas.

CAPÍTULO 2. REFERENCIAS TEORICAS E HISTORICAS SOBRE EXTENSAO RURAL E MODERNIZACAO.

2.1 Origem da Extensão Rural

A Extensão Rural surge no final do século XVIII e início do século XIX, nos EUA, quando “Associações Agrícolas”, que funcionavam como entidades formadas por farmers demandavam realização de aulas teóricas e práticas, conferências e assistência técnica. Porém, foi somente no século XIX que a Extensão Rural veio a se institucionalizar com o objetivo de difundir novas técnicas de produção, conhecimentos e atividades que visavam proporcionar o desenvolvimento da agricultura e a melhoria da qualidade de vida dos habitantes do meio rural (RIBEIRO, 2006).

O início do trabalho com a Extensão Rural é atribuído ao Professor de agronomia Seaman Knaap, que instalou em vários municípios do estado de Louisiana-EUA, unidades demonstrativas de lavoura de algodão, objetivando, por meio de métodos educativos, expandir novas técnicas de cultivo e controlar doenças nas lavouras de algodão (OLINGER, 1996; VIEIRA, 1988). Esse trabalho foi nominado como “trabalho cooperativo de demonstrações agrícolas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos” e para que fosse concretizado foi necessário o trabalho de agentes rurais (BECHARA, 1954:99).

Bechara (1954) citado por Fonseca (1985) ressaltava que o papel das unidades demonstrativas era produzir conhecimentos científicos necessários para que o produtor rural alcançasse um resultado melhor em seu trabalho. Ao mesmo tempo em que observavam, estudavam e experimentavam novas técnicas, os conhecimentos e dados obtidos eram transferidos diretamente aos produtores rurais. Desse modo, o ato de “levar” ou “estender” aos produtores a informação, é o que assou a ser entendido como Extensão Rural.

Para Viebrantz (2008), a constituição do extensionismo no Brasil inseriu-se em um contexto nacional e internacional influenciado por mudanças advindas da Segunda Guerra Mundial. Tendo início a partir de ideologias decorrentes da Guerra Fria, período no qual os Estados Unidos pretendiam se consolidar hegemonicamente, difundindo ideias, métodos, técnicas, produtos pelo mundo inteiro, diminuindo assim, o poder dos países socialistas. Havia também o receio de que os habitantes dos países menos desenvolvidos fossem mais receptivos às propagandas comunistas, o que fez com que o governo americano iniciasse um programa de assistência aos países mais pobres, sobretudo na América Latina.

Oliveira (1999) destaca que a influência norte-americana esteve profundamente presente na criação da Extensão Rural em outros países que adotaram esse trabalho. Foram assemelhadas não somente a filosofia da Extensão Rural norte-americana, mas também sua abordagem, princípios e métodos. Desse modo, o processo de consolidação do Serviço de Extensão Rural no Brasil foi então caracterizado por fortes relações entre Estados Unidos e Brasil (OLIVEIRA, 1999; PEIXOTO, 2008; VIEBRANTZ, 2008).

Pinto (2009) entende que a implantação do Serviço de Extensão Rural no Brasil ocorreu por meio de duas principais ações: a primeira foi pela iniciativa liderada pelo político e empresário norte-americano, Nelson Rockefeller; e em segundo, o bom acolhimento do Governo Brasileiro, o qual firmou convênios e acordos com o Institute of Interamerican Affairs, vinculado ao United States Department of Agriculture (USDA) (PINTO, 2009:35).

Destarte, no Brasil privilegiou-se ao longo do tempo, o modelo público e gratuito, firmados por convênios com entidades exteriores. Veremos mais adiante que, atualmente, o Serviço de Extensão Rural é exercido prioritariamente por instituições estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Caporal (1991) ressalta que no Brasil, a extensão rural foi criada sob o firme propósito de educar para a assistência técnica, em outras palavras, o intuito seria proporcionar um processo de interiorização dos progressos técnicos desenvolvidos pelo capitalismo industrial, de modo a fazer da agricultura, um espaço favorável para a acumulação capitalista do setor dinâmico da economia. Para o mesmo autor, os períodos centrados na ideia de “desenvolvimento de comunidades” ou “propriedade como um todo” não passaram de estratégias para garantir a aderência e a posterior subordinação da agricultura ao modelo de desenvolvimento urbano-industrial (CAPORAL, 1991:34).

Desde a origem da Extensão Rural no Brasil, no final da década de 1940, esta passou por diversas orientações políticas, variando suas concepções, missões institucionais, metodologias de abordagem, seu público preferencial e sua capacidade de operação, dentre outras características (DIAS, 2008).

Em uma análise mais ampla sobre legislação e Extensão rural, Peixoto (2008) entende que há uma relação entre o modelo de extensão rural adotado por um determinado país e as estruturas institucionais que se consolidaram. De acordo com a forma de prestação de serviço, é possível identificar, de modo geral, o modelo adotado, que pode ser público ou privado, pago ou gratuito. Desse modo, para o autor, são classificados em quatro os modelos existentes, sendo eles: público e gratuito, público e pago, privado e gratuito; e privado e pago (PEIXOTO, 2008:09).

Fonseca (1985:80) compreende o comprometimento do Serviço de Extensão Rural no campo como ferramenta para garantir que o homem rural se introduzisse no modo e na dinâmica da sociedade de mercado, abandonando o modo de ser “parado” e recatado, e procurasse se desenvolver, buscando cada vez mais aumentar sua produtividade, com qualidade superior e em tempo hábil para que fosse possível obter determinados equipamentos para dar continuidade na produção, e, conseqüentemente, no consumo. A mesma autora avalia que tentar solucionar a problemática rural mineira por meio da metodologia adotada nos Estados Unidos era um empreendimento que “naquele momento poderia dar certo”.

Desse modo, a partir de 1945, através da assinatura de acordos de cooperação técnica entre Estados Unidos e Brasil, com o objetivo de fortalecer as relações produtivas no meio rural, o extensionismo foi implantado. Pinto (2009) relata que o Grupo Rockefeller, sendo detentor de empresas dedicadas à exploração e comercialização do

petróleo, a fabricação de máquinas agrícolas e fertilizantes, bem como à produção de sementes, visualizou no Brasil e na Venezuela a oportunidade de ampliação e expansão de seus empreendimentos. De acordo com o mesmo autor, o interesse do empresário norte-americano consistia em dar início a reformas socioeconômicas no Brasil, sobretudo no campo, pois, seria onde o desenvolvimento econômico poderia ocorrer de maneira eficaz ao longo de linhas capitalistas básicas.

Por sua vez, Oliveira (2013) entende que o processo de constituição e desenvolvimento do extensionismo rural no Brasil houve uma convergência de interesses entre as agências internacionais, tanto públicas – Departamento de Estado dos EUA, quanto privadas – Associação Internacional Americana (AIA) do empresário Nelson Rockefeller, e de uma parte da classe dominante agroindustrial brasileira, resultado de uma escolha politicamente dirigida em prol de um projeto político idealizado por frações da classe dominante no Brasil.

Dessa maneira, foi por meio da Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR-MG) que a Extensão Rural em Minas Gerais se institucionalizou, conjugando assistência técnica com a promoção de crédito rural aos chamados à época de “grandes e médios proprietários rurais”. As Acares eram entidades civis, sem fins lucrativos, que prestava serviços de extensão rural a partir da elaboração de projetos técnicos para obtenção de crédito junto aos agentes financeiros (GOMES, 2013).

Ao questionar-se o porquê do Estado de Minas Gerais ter sido escolhido como unidade da Federação para a implantação do extensionismo no Brasil, Pinto (2009) explica que a escolha do estado de Minas Gerais ocorreu em função do bom acolhimento do Governo Mineiro ao programa elaborado pelo Grupo Rockfeller, responsável por instituir a Associação de Crédito e Assistência Rural - (ACAR-MG), designada a atuar em prol da melhoria das condições econômicas e sociais da vida rural, seguindo o modelo da American International Association for Economic and Social Development (AIA), entidade norte-americana.

Pinto (2009) ainda argumenta que também foi admitida a possibilidade do Serviço de Extensão Rural ser adotado na Amazônia, no Nordeste e no Centro-Oeste brasileiro, em razão de seguir o mesmo sistema de exploração agropecuária vigente no oeste norte-americano, o qual contava com poderosas forças políticas e econômicas locais. No entanto, a escolha se deu no estado de Minas Gerais, em razão do motivo supracitado.

Vale destacar que, a criação da ACAR-MG adequava-se bem às propostas do Governo sobre a necessidade de um planejamento global e estratégico para a economia mineira, visando o aumento da produção e aumento da produtividade.

Nesta perspectiva, Fonseca (1985) argumenta que o cenário econômico de Minas Gerais em 1940 deixava nítida a necessidade de criação de um projeto justificado como sendo para “melhoria na qualidade de vida da população”, pois, naquela época, 70% da população mineira habitavam o meio rural, o modo de vida dos moradores apontava para índices desanimadores, como alta taxa de analfabetismo, doenças, precariedade alimentar, entre vários outros problemas que permeavam o meio rural do estado. Na visão dos idealizadores do Plano de Recuperação Econômica, era necessário prover o estado de infraestrutura necessária para obter um desenvolvimento que englobasse o setor agrícola e industrial.

O campo era, assim, compreendido apenas como local de origem e fornecimento de matéria prima, alimento e mão de obra para os grandes centros. A Extensão Rural surgia então como uma forma de educação informal, buscando oferecer aos agricultores, donas de casa e jovens rurais, a oportunidade de adquirir novos conhecimentos, com o objetivo de tornar o campo mais produtivo, aumentar a renda da família, melhorar a qualidade de vida das pessoas e tornar o campo um lugar melhor para se viver (GONÇALVES, 2012).

Deste modo, foi fundada em 06 de dezembro de 1948 a Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR-MG), nos termos da Lei nº29, de 10 de dezembro de 1947, que autorizava o Governo do estado de Minas Gerais a emitir apólices para regularização de acordos com o Tesouro para fomento à produção do estado. O primeiro escritório local da ACAR foi implantado em março de 1949, no município de Santa Luzia – MG, abrangendo os municípios de Belo Horizonte, Lagoa Santa, Vespasiano e Betim.

Porém, autores como Fonseca (1985) e Gonçalves (2012) apontam que em 1948, no município de Santa Rita do Passa a Quatro, interior de São Paulo, já havia se realizado a primeira ação extensionista de campo no Brasil. No entanto, a institucionalização efetiva do serviço de assistência técnica e extensão rural no país, se concretizaram de fato ao longo das décadas de 50 e 60, após a criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), em 1956.

A década de 1950 foi marcada pela expansão do modelo institucional da ACAR em vários outros estados brasileiros, como Pernambuco, Bahia, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, o que possibilitou a criação de um órgão central, cujo objetivo seria supervisionar o trabalho extensionista de modo nacional (FONSECA, 1985).

Dessa forma, o então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, considerando positiva a atuação da ACAR-MG, assinou em 1954 um acordo com o governo norte-americano para criar o “Programa de Cooperação Técnica Brasil – Estados Unidos”, do qual fazia parte o Escritório Técnico de Agricultura (ETA), funcionando em associação com o Ministério da Agricultura Brasileiro. O ETA visava uma cooperação técnico-financeira para a execução de projetos voltados para o desenvolvimento rural. Nos anos seguintes, foram criadas unidades do ETA em cada estado, sendo que em alguns casos, os ETA's teriam dado origem a ACAR nos demais respectivos estados (PEIXOTO, 2008).

Mendonça (2009) ressalta que os principais objetivos do Projeto de Cooperação Técnica entre o Brasil e Estados Unidos foram:

- a) descobrir se os programas haviam prestado ou não contribuição significativa aos interesses de longo prazo dos Estados Unidos e dos países latinos no tocante à prosperidade do crescimento mundial;
- b) identificar as intervenções dos programas públicos e privados em curso, julgando seus méritos e resultados, de modo a estabelecer parâmetros de decisão sobre quais teriam maior valor para o futuro tanto do público-alvo, quanto para os Estados Unidos;
- c) esclarecer o papel dos programas públicos de “cooperação técnica” em relação aos programas privados e, finalmente
- d) apontar caminhos e meios que efetivassem a “cooperação técnica” como meio de atrair e treinar pessoal competente (MENDONÇA, 2009:151).

Com a consolidação da experiência extensionista em Minas Gerais, foi criada em 21 de junho de 1956, ainda durante o Governo JK, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), entidade sem fins lucrativos, com sede na capital da república³ e com área de ação em todo o território brasileiro. No entanto, na visão dos americanos, a ação extensionista brasileira, que nesse momento já se encontrava

³Nessa época a capital da república estava situada na cidade do Rio de Janeiro.

centralizada por um órgão nacional, continuaria sendo um programa de assistência à agricultura, cuja finalidade consistiria em “erradicar a pobreza da zona rural e aumentar a produtividade dos campos” (FONSECA, 1985:114).

Leite (2002) considera que os princípios teóricos que sustentaram o projeto de Extensão Rural apresentavam um modelo de educação e de organização sócio produtiva, que permitia a proliferação de um tipo de escolaridade informal, cujos princípios ainda estariam vinculados à visão tradicional colonialista exploratória, porém com uma rotulação liberal moderna: o desenvolvimento agrícola.

Fonseca (1985) entende que o surgimento do serviço de extensão rural no Brasil está claramente relacionado à busca pelo desenvolvimento capitalista por meio de transformações na agricultura brasileira. Para a mesma autora, o grande interesse demonstrado pelo empresário Rockefeller, bem como o apoio constante do governo mineiro, está profundamente relacionado aos interesses econômicos e políticos em alavancar a economia do estado. A autora argumenta ainda que na década de 1940 vários fatores contribuíram para colocar Minas Gerais numa posição de fronteira perante a expansão do capitalismo brasileiro, como por exemplo, o fato de possuir uma ampla área de recursos naturais e uma classe média alta atuante e com forte poder de negociação, dispostos a fazer com que o estado se destacasse em todo cenário nacional.

Rockefeller, como antigo coordenador dos assuntos interamericanos e subsecretário de Estado, acreditava que um programa semelhante ao adotado nos EUA, com a missão de oferecer assistência técnica e crédito rural supervisionado aos agricultores, poderia ser adaptado às condições existentes no estado de Minas Gerais, com o objetivo de aumentar a produtividade e melhorar as condições de vida no meio rural. Ao mesmo tempo, a AIA providenciou a vinda das equipes de funcionários do Extension Service e da Farm Security Administration, os quais passaram a treinar os técnicos brasileiros para a adaptação às condições locais dos métodos utilizados nos Estados Unidos (FONSECA, 1985).

Oliveira (2013) relata que a criação da ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural) envolveu muito mais que o esforço do presidente Juscelino Kubitschek em alavancar o projeto de Extensão Rural. Ainda assim, a implantação do extensionismo no Brasil não deve ser considerada somente a partir dos interesses do imperialismo norte-americano. Para o autor “a correlação de forças internas nos anos 50

foi crucial para a hegemonia do extensionismo e do crédito rural, sobretudo o que diz respeito aos setores da agroindústria brasileira” (OLIVEIRA, 2013:39).

Inspirado no padrão norte-americano, o extensionismo foi adotado no Brasil com raízes difusionistas. Nesse sistema, a transferência de conhecimento para o agricultor ocorre por meio do processo de Comunicação unilateral, visando somente divulgar, estabelecer, ou instituir um modo de conhecimento, tendo em vista promover mudanças no modelo de produção existente, o qual era considerado atrasado (FONSECA, 1985).

Acerca dos fundamentos teóricos que nortearam a Extensão Rural, Fonseca (1985) pondera que o principal referencial do modelo clássico de difusão de tecnologia foi Everett Mitchell Rogers, o qual fornecia bases teórico-metodológicas que visavam a modificação dos métodos dos extensionistas e comportamentos aplicados pelos moradores de áreas consideradas atrasadas. A mesma autora ainda considera que com bases nos fundamentos e na abordagem Rogeriana:

O desenvolvimento econômico-social é entendido como uma passagem do tipo tradicional – onde predominam padrões de conservadorismo, de afetividade, particularismo, compadrio, soluções tradicionais e anti-racionais para os problemas comuns – para um tipo de sociedade moderna onde predominam padrões de lucro, neutralidade afetiva, universalismo, especialização e soluções técnico-científicas para os problemas comuns (FONSECA, 1985:46).

De forma geral, o paradigma de Rogers baseava-se no princípio de que, para atingirem o desenvolvimento econômico e social, os moradores de áreas tradicionais ou subdesenvolvidas deveriam alterar suas práticas, passando a utilizar métodos científicos com eficácia comprovada, porquanto, somente dessa maneira seriam capazes de resolver seus problemas.

Nesse sentido, o objetivo primeiro era persuadir os moradores do campo a adotar uma compreensão de mundo externa aos seus meios, onde prevalecesse a maneira técnica de ver o mundo. Por esse prisma, Freire (1979:55) identificou nessa proposta a ideia de negação e anulação ao modo de vida dos habitantes do campo e seus conhecimentos, considerando que as ações desenvolvidas pelo extensionismo funcionavam como uma ferramenta de “domesticação” e de “invasão cultural” sobre os moradores do meio rural.

Ao partir de outra premissa que concebe o agricultor como um ser detentor de poder decisivo para a mudança na agricultura brasileira, Freire (1983) considerava imprescindível o diálogo entre o extensionista e agricultores para que houvesse a

consolidação de um novo saber, um saber construído, e não imposto, que culminaria em um processo educativo que possibilita ao próprio agricultor, por meio do apoio extensionista, tornar-se capaz de provocar as mudanças necessárias para alcançar a melhoria no meio em que vivem.

Freire (1983) ainda acrescenta que o modelo de Extensão Rural desenvolvido no Brasil objetivava a substituição de uma forma de conhecimento por outro, o que resultaria em uma anulação do sujeito. Freire (1983) considera tal prática utilizada como “bancária”, e destaca que o modo de ensinar adotado pelo extensionismo consistia em apenas “depositar” o conhecimento, de forma singular, superior e “anti-dialógica”. Para este mesmo autor,

A ação extensionista envolve qualquer que seja o setor em que se realiza a necessidade que sentem aqueles que a fazem, de ir até a 'outra parte do mundo', considerada inferior, para, à sua maneira, 'normalizá-la'. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo. (FREIRE, 1983:13).

Nesse sentido, Freire (1979) entende que a extensão rural buscava substituir um modo de conhecimento por outro, considerado avançado pelo extensionista. Desse modo, o sujeito que simplesmente recebe esse conhecimento não teria oportunidade e nem autonomia para aprender, lhe restando apenas consumir, sujeitar-se e seguir o que lhe é proposto. Sendo assim, por meio da abordagem extensionista convencional, a educação seria “instrumento através do qual o técnico desperta no povo rural, a necessidade de mudança, para, logo em seguida, propor o rumo, o caminho a ser seguido, quando indica as tecnologias agropecuárias e gerenciais que devem ser utilizadas para suprir as novas necessidades criadas” (CAPORAL, 1991, p.47).

Com base em tal colocação, Freire (1983) critica veemente o modelo de Extensão implantado no Brasil, o qual desconsidera o diálogo e possui um modelo de instrução formado pelo e para o capital, o qual desconsidera os fatores no processo de aprendizagem. Sob esse aspecto, Caporal (1991) esclarece que o extensionista seria um “repassador” de informações e um trabalhador da “educação bancária”.

Contudo, como ainda ressalta Caporal (1991), apesar do debate crítico proposto por Paulo Freire, o difusionismo prevaleceu como a principal orientação da prática extensionista, sendo o processo educativo, vigente em todas as definições sobre Extensão

Rural, entendido como meio para fazer com que a população rural “atrasada” compreenda a necessidade do progresso e passe a modernizar suas atividades.

Nessa perspectiva, não obstante um modelo de assistência técnica e Extensão Rural que desconsiderava a prática do diálogo com o seu público, o trabalho da ACAR-MG se desenvolveu em todo estado, objetivando abranger assistência técnica ao produtor e um eficaz projeto de economia doméstica, partindo do pressuposto de que as dificuldades vivenciadas pelas populações rurais, as quais eram consideradas fator determinante para o baixo nível de qualidade de vida em que se encontravam os habitantes do meio rural, não se tratavam apenas de problemas técnicos, mas também de ordem econômica e social.

Em cada município onde havia um escritório da ACAR, o trabalho era realizado por uma equipe composta por um supervisor agrícola (quase sempre um engenheiro agrônomo), uma supervisora doméstica (quase sempre uma economista doméstica), um auxiliar (a qual se encarregava dos serviços de escritório), e um veículo Jeep, a exemplo do modelo americano que inspirou o trabalho extensionista no Brasil: “um agrônomo, uma professora e um jipe” (FONSECA, 1985:82).

No tocante ao relacionamento com as famílias rurais, no início do trabalho, muitos extensionistas precisavam do apoio dos padres ou de outras pessoas de forte influência nas comunidades para que pudessem realizar as visitas às propriedades. Durante este período inicial, os técnicos tiveram que superar várias dificuldades, entre elas a resistência dos agricultores em aceitar os ensinamentos, bem como aceitar o trabalho da economista doméstica.

Sob esse aspecto, há alguns relatos de extensionistas aposentadas que relembram o fato de muitos moradores do campo questionarem ao vê-las chegando de Jeep com o técnico agrícola. Eles estranhavam uma mulher andar pelas estradas na companhia de um homem que não fosse seu marido (PAULA, 1998).

Porém, após algum tempo, vendo que o trabalho realizado tinha como objetivo auxiliar os moradores do campo, as famílias passaram a aceitar e a requisitar, cada vez mais, a presença dos técnicos e técnicas da ACAR. A seguir, a Figura 01 retrata o momento de chegada da supervisora doméstica e do técnico agrícola em uma residência rural atendida pelo serviço de extensão rural no estado de Minas Gerais.



Figura 01: Imagem de uma visita técnica realizada pelo agrônomo e a economista doméstica em uma propriedade em Minas Gerais.

Fonte: Pesquisa documental, 2014. Centro de Documentação e Pesquisa em Extensão Rural Eng. Agrônomo José Alfredo Amaral de Paula. EMATER-BH.

Nessa época, a principal ferramenta de trabalho utilizada pelos serviços de Extensão Rural brasileira foi o crédito supervisionado, o qual era discorrido diretamente com a família, sendo explicado o modo como o crédito era oferecido, muitas vezes, até intercedido pelos extensionistas (o técnico agrícola e a economista doméstica) e depois, após apresentar a proposta ao gerente do banco, era concedido a família o dinheiro para a construção e/ou reforma da residência rural.

Fonseca (1985) explica que o objetivo da ação extensionista seria levar às famílias rurais, através de ação educativa executada pelo técnico agrícola os conhecimentos necessários à melhoria das práticas agrícolas. Já o trabalho desenvolvido pela profissional em Economia Doméstica seria a modificação dos hábitos e atitudes das famílias rurais. Dessa forma, como meio de atingir melhores níveis socioculturais e econômicos, o crédito baseado no planejamento integral das atividades da família rural tinha a dupla função de capacitar técnica e economicamente agricultores, melhorando-lhes as condições de vida.

Já o Crédito Rural Supervisionado era auxiliado pelos extensionistas em todas as fases do financiamento, o que compreendia a elaboração de um projeto de trabalho tanto na agricultura como no lar, buscando compreender as necessidades dos produtores e das donas de casa. Denominado Plano de Administração da Propriedade e do Lar, a metodologia de trabalho da ACAR foi importada do modelo norte-americano de Extensão Rural, porém, no Brasil os serviços não eram prestados diretamente pelas universidades e seus profissionais, e sim pelas associações. Entretanto, de acordo com Peixoto (2008), o acesso à aquisição de empréstimos através do serviço de assistência técnica foi uma inovação para os moldes brasileiros, pois nos EUA os produtores rurais já estavam adaptados a realizar transações bancárias e a obter créditos.

A modalidade de empréstimo do Crédito Rural Supervisionado adaptado pela ACAR no Brasil abrangia o melhoramento das residências, ou até mesmo a construção de uma nova casa, bem como a construção de fossas, currais, encanamentos e redes de água. Além de favorecer o conforto das famílias, esse trabalho trazia benefícios importantes para saúde e bem-estar de todos os moradores do campo, inclusive no trabalho de combate a verminose, doença que assolava o meio rural na época.

Caporal (1991) considera relevante para a compreensão do Serviço de Extensão Rural no Brasil, analisar a participação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária de Viçosa – MG, que fundada em 1926, vivenciou desde o início a influência norte-americana.

Nesse âmbito, faz-se importante destacar o trabalho de Ribeiro (2006), que analisa a criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), atual Universidade Federal de Viçosa (UFV), e a influência norte-americana no surgimento de tal instituição, bem como o processo de assimilação do modelo de ensino existente nos Estados Unidos e transferido para o Brasil, mais especificamente em Viçosa-MG.

Inaugurada em 1926, durante o Governo do então Presidente Arthur Bernardes, a criação da ESAV contou com o suporte de Peter Henry Rolfs (reconhecido Professor e pesquisador norte-americano) como seu primeiro diretor, além disso, a instituição contou em seguida com a colaboração de outros vários professores norte-americanos. Ribeiro (2006) ainda destaca que esses profissionais eram preparados também para atuar como “*home demonstration agents*” nos programas de Extensão Rural, tal como ocorreu posteriormente na instituição.

De acordo com Ribeiro (2006), a ESAV teve sua criação inspirada nos moldes norte-americanos dos Land Grant Colleges⁴, e desde muito cedo passou a organizar atividades denominadas “extramuros”, onde eram desenvolvidos cursos de curta duração e aulas práticas para atender aos produtores locais, o que posteriormente, em 1929, deu origem ao evento “Semana do Fazendeiro”⁵, o qual se consolidou como um marco para a ação extensionista no Brasil.

Para Bownman (citado por Ribeiro, 2006:07), “Em muitos land-grant colleges norte-americanos formavam-se, também, professores que expandiam a escola comum para além do que elas teriam conseguido por outras vias”.

Desde a primeira versão da Semana do Fazendeiro na ESAV, hoje Universidade Federal de Viçosa, este evento contava com diversos cursos, palestras e demonstrações oferecidos aos agricultores e suas famílias, contendo como objetivo prover o conhecimento diretamente para o meio rural mineiro, como forma de divulgação das experiências científicas e técnicas realizadas na Escola.

Por sua vez, Pinto (2009) argumenta que se por um lado a Extensão Rural entrou no Brasil, obedecendo a interesses empresariais do Grupo Norte Americano Nelson Rockefeller, através do estado de Minas Gerais, por outro lado se inseriu no Brasil também por intermédio das Universidades, valorizado pela excelência de seus princípios básicos e sua completa isenção em interesses políticos, financeiros e ideológicos.

Ribeiro (2006) explica que a situação da economia mineira, basicamente agrícola, era preocupante no início dos anos 1920. Esta situação se agravava na Zona da Mata

⁴Os land-grant colleges foram escolas superiores agrícolas, criadas no oeste e no meio-oeste dos Estados Unidos, a partir de meados do século XIX. Os land-grant colleges foram instituídos a partir da promulgação da Lei Morrill pelo Congresso Nacional, em 1862, esta lei vinha contemplar a reivindicação dos fazendeiros de uma educação vocacional, liberando da venda terras federais nos estados com o fim de que as receitas resultantes fossem usadas para o treinamento de jovens para a agricultura e as chamadas artes mecânicas (RIBEIRO, 2006, p. 107).

⁵A Semana do Fazendeiro é um evento realizado anualmente pela Universidade Federal de Viçosa, e consiste em palestras, atividades demonstrativas, cursos e várias outras atividades de caráter educativo voltado para agricultores, jovens e donas de casas. Para mais informações sobre a Semana do fazendeiro visite o site: www.ufv.br.

Mineira, região predominantemente voltada para a cafeicultura, particularmente na região de Viçosa, a qual, agregada as cidades vizinhas, era composta por pequenas e médias propriedades que se dedicavam ao cultivo do café. A autora entende que “a criação da ESAV parece ter vindo no sentido de evitar a catástrofe que se anunciava para a economia da região” (RIBEIRO, 2006:111).

Em 1948 a ESAV passou a se chamar Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), quando foi criada também a Escola Superior de Ciências Domésticas. O Curso Superior de Economia Doméstica foi criado a partir da influência de especialistas norte-americanos da Universidade de Purdue, e o currículo era composto por disciplinas como vestuário, higiene, nutrição, puericultura, problemas pessoais, econômicos e familiares. Para ingressarem na profissão de extensionistas da ACAR-MG, as economistas domésticas participavam dos chamados Pré-serviços, que eram cursos nos quais incluíam noções de sociologia rural, organização de clubes, cultivo de hortas e direção de Jeep.

Na literatura analisada sobre o início da Extensão Rural, pode-se perceber que o Jeep se tornou um símbolo importante para o trabalho da Extensão, pois permitia ultrapassar os limites físicos responsáveis pelo isolamento imposto às famílias rurais num país com poucas estradas e veículos automotores (GONÇALVES, 2012). Esse veículo representou para os primeiros extensionistas, bem como para os moradores do campo, o ideal de resistência e determinação, devido às péssimas condições das estradas, em que era quase impossível transitar utilizando veículos de pequeno porte. Desse modo, o Jeep foi escolhido para representar simbolicamente o pioneirismo e a ideia de rompimento de barreiras contidas na origem do Serviço de Extensão Rural Brasileira, principalmente se dirigido por uma mulher. A Figura a seguir retrata a economista doméstica durante uma visita à unidade familiar.



Figura 02: A economista doméstica e o Jeep.

Fonte: Boletim informativo da ACAR-MG, n. 13, 1974.

Nesse momento, é válido ressaltar que na entrada do escritório central da EMATER-MG, na cidade de Belo Horizonte MG, encontra-se um desses Jeep's, em exposição, perpetuando-se o símbolo de ousadia e determinação, princípios presentes na história do Serviço de Extensão Rural em Minas Gerais, como informam os atuais funcionários do órgão.

Além de promover ações para atenderem as demandas de produtores rurais e donas de casa, a ABCAR também buscou atingir o público jovem por meio de uma ação que, hoje, é entendida como “assistencialista”. Inspirado nos Clubes 4-H (Head [cabeça], Heart [coração], Health [saúde], Hands [mãos]) nos EUA, bem como em outros países latino-americanos, a ABCAR realizou ações voltadas exclusivamente para a juventude rural, por meio dos Clubes 4-S (Saber, Sentir, Servir, Saúde), esperava-se capacitar o jovem para o “trabalho no campo” e para uma “melhor qualidade de vida”.

A justificativa dessas ações desenvolvidas pelo extensionismo era de que esses agentes deveriam desempenhar um papel fundamental na perspectiva de ampliar os horizontes não somente dos jovens, mas também das donas de casa. Partiam da premissa de que as mulheres no meio rural não sabiam como lidar com questões como: economia do lar, nutrição, higiene e saúde. Para tanto, a profissional denominada de “Bem estar social” deveria estar apta para ajudar a solucionar estes e outros problemas referentes às questões do lar.

A prática da Extensão Rural no Brasil enfrentou grandes desafios desde seu início, principalmente crises econômicas e políticas vivenciadas pelo país e as mudanças nas ações de Governo para o meio rural. Esses processos interferiram diretamente nas condições de trabalho e no modo da Extensão Rural ser desenvolvida pelos profissionais brasileiros.

No próximo tópico do capítulo, ao analisar o contexto econômico, social e político do país desde a implantação da Extensão Rural, compreende-se que os mesmos apresentaram grande influência no meio rural, o que refletiu em vários fatores na execução da Extensão Rural que deve ser analisada em suas várias etapas. No segundo tópico, então, daremos ênfase à participação do contexto político e econômico nos processos de transformação do extensionismo, bem como nas mudanças que ocorreram ao longo do trabalho extensionista no Brasil.

2.2 A Extensão Rural no Brasil em contexto de modernização da agricultura

No Brasil, a partir da segunda guerra mundial, a agricultura passou por inúmeras transformações provenientes do processo de modernização e industrialização. No entanto, apenas na década de 1960 que esse processo se concretizou, com a implantação no país de um setor industrial voltado para a produção de equipamentos e insumos para a agricultura (TEIXEIRA, 2005; BALSAN, 2006).

Graziano da Silva (1980) entende que a modernização da agricultura brasileira pode ser compreendida como uma agricultura subordinada à indústria, vindo a se desenvolver somente após a entrada do capital industrial no campo. Para o autor, o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil pode ser dividido em quatro etapas, correspondentes às etapas da industrialização do país. O primeiro momento seria de 1850 a 1888, período que equivale a proibição do tráfico negreiro e à abolição mão de obra escrava no país. Um segundo momento seria de 1888 a 1933, devido aos reflexos da crise sobre o setor cafeeiro em 1929. Já no ano de 1933 até 1955, corresponde ao período em que o setor industrial foi se libertando aos poucos da dependência direta ou indireta mantida ao longo do tempo com o setor cafeeiro exportador, e entre 1956 e 1967, que foi quando se iniciou a implantação de um bloco de investimentos altamente

complementares, o qual projetava um forte processo de industrialização, pautado em matérias-primas agrícolas.

O processo de modernização da agricultura propunha uma mudança na agricultura, sem alterar a estrutura agrária, adotando um novo modo de produzir alimentos, por meio da utilização de insumos químicos, maquinários e novas técnicas de produção. O objetivo de aumento da produtividade agrícola e a oferta de alimentos possibilitaria a eliminação da fome. Assim, essa modernização baseou-se em novas formas de produção que resultaram no surgimento de novas práticas produtivas voltadas para a agricultura e prosseguimento da estrutura agrária altamente concentrada.

Em um cenário de desenvolvimento que considerava como principal meio de desenvolvimento econômico, o processo de industrialização, à agricultura foi atribuído o papel fundamental de aumentar a produção agrícola destinada à exportação e proporcionar o crescimento do mercado interno, produzir matérias-primas para a indústria nacional, que estava se desenvolvendo, além de garantir alimentação barata para a população que vivia nas cidades e liberar mão de obra para a indústria.

Desse modo, ao associar o capital industrial às práticas produtivas do meio rural, muda-se a representação social acerca de seu modo de vida, sendo que as antigas formas de produção tenderam a ser substituídas por novas tecnologias, nas quais os métodos naturais foram deixados de lado e a agricultura passou a depender cada vez mais da dinâmica do capital industrial inserido no campo (GOMES, 2013).

Faz-se oportuno salientar que a sociedade vinha se urbanizando de forma rápida, e praticamente não restavam tradições nacionais e populares camponesas que fossem capazes de resistir à indústria cultural. Nem mesmo restaram ilusões coletivas acerca do caráter libertário que a modernização tecnológica e industrial traria consigo, generalizando a espoliação dos trabalhadores e dos deserdados, estes submetidos à “lógica selvagem do mercado e do capital” (RIDENTI, 1993:80).

Discorrer sobre Extensão Rural no Brasil implica em realizar várias discussões sobre desenvolvimento econômico, político e social. Além das transformações internas ocorridas no campo, como descritas anteriormente, a modernização da agricultura brasileira teve papel modificador de práticas e hábitos no campo, adquirindo maior

expressão em razão da adoção de um modelo desenvolvimentista industrializante, que propunha a difusão de pacotes tecnológicos⁶ nas propriedades agrícolas.

Com o objetivo de definir novos caminhos a serem percorridos pela indústria nacional, as discussões sobre a agricultura brasileira giravam em torno da necessidade de profundas alterações no meio rural, pois, acreditava-se, que se não houvesse um rompimento com a estrutura “arcaica” do campo, não poderia ser aprofundada a industrialização da sociedade brasileira (SILVA, 2002:10).

A partir deste momento foram elaboradas diversas políticas públicas para acelerar o desenvolvimento do país, sendo que a agricultura e o desenvolvimento não poderiam mais ser compreendidos de forma separada, por isso seria necessário “modernizar” o campo através do uso de técnicas e tecnologias tidas como avançadas.

Diante deste contexto, a partir de 1963 foi anunciada a oferta de uma nova modalidade de crédito: o Crédito Rural Orientado, voltado para a elaboração de projetos de financiamento por produto agrícola. A partir deste momento, a extensão passou a dar mais atenção aos grandes produtores rurais. O objetivo principal foi, a partir de então, aumentar a produção, e não mais “ajudar” o homem do campo.

Nessa nova etapa, o serviço de extensão continua com seu papel estratégico e importante no sentido de modernização da agricultura. Desse modo, as políticas públicas destinadas à pesquisa, assistência técnica e crédito rural voltaram-se para o fortalecimento do modelo de produção de matéria prima agropecuária em grande escala, sendo esta destinada à exportação ou à industrialização.

Graziano da Silva (1982) ressalta que a partir da década de 1960 foram incorporadas várias transformações no modo de produção existente no meio rural, em que se acreditava que os agricultores com produção de baixa escala deixariam de praticar a agricultura de autoconsumo, e passariam a produzir especificamente para o mercado, tornando-se um consumidor de insumos industriais como adubos químicos, defensivos e máquinas agrícolas.

⁶Os “Pacotes Tecnológicos” refere-se às máquinas do campo, insumos químicos e biológicos, e ainda sementes modificadas.

A modernização do meio rural teve nessa análise, um caráter efetivo de mudança no cenário agrícola brasileiro, quando houve um avanço significativo na produção de grãos, sobretudo nas grandes propriedades rurais. Porém, Graziano da Silva (1982:126) ressalta que a industrialização submeteu a agricultura a uma “modernização conservadora” na qual o grande capital se aliou a ao latifúndio, sob a proteção do Estado. Ainda para o mesmo autor, o processo de modernização acarretou na exclusão dos agricultores de baixo poder aquisitivo, pois os mesmos não conseguiram se projetar no novo panorama agrícola, caracterizado pelo uso dos pacotes tecnológicos.

Sob o mesmo aspecto, Ridenti (1993) argumenta que a entrada do capital industrial que culminou na modernização da agricultura caracteriza um processo desigual e conflitante, pois, percebe-se que o capital e a modernização não alcançaram todos os produtores, o que produziu uma dualidade no setor rural brasileiro, sendo que o processo de modernização dividiu os agricultores em dois grupos diferentes: os que conseguiram acompanhar e se inserir nesse processo e aqueles que foram excluídos.

O autor supracitado expõe ainda que a sociedade se urbanizou de forma vertiginosamente rápida, praticamente não permanecendo tradições populares no campo, nas quais seria possível se apegar e resistir à lógica da cultura industrial. Tampouco sobraram ilusões coletivas acerca do caráter libertário que a modernização tecnológica e industrial traria em si mesma, se generalizando a espoliação dos trabalhadores, estes submetidos à lógica “selvagem” do mercado e do capital (RIDENTI, 1993:80).

O significativo aumento no êxodo rural, sobretudo, a partir da década de 1970, fez com que os moradores do campo partissem para as cidades em busca de melhores condições de trabalho. No Quadro 03 a seguir, temos o registro da crescente migração do campo para o meio urbano, onde é possível perceber que a população urbana aumentou de forma rápida.

Quadro 03. População residente, por situação de domicílio no período de 1940 2010.

Anos	Total Rural	Total Urbana	Total Geral	(%) Rural	(%) Urbana
1940 (1)	28.356.133	12.880.182	41.236.315	68,76	31,24
1950 (1)	33.161.506	18.782.891	51.944.397	63,84	36,16
1960	38.767.423	31.303.034	70.070.457	55,33	44,67
1970	41.054.053	52.084.984	93.139.037	44,08	55,92
1980	38.566.297	80.436.409	119.002.706	32,41	67,59
1991	35.834.485	110.990.990	146.825.475	24,41	75,59
1996 (2)	33.993.332	123.076.831	157.070.163	21,64	78,36
2000	31.835.143	137.755.550	169.590.693	18,77	81,23
2010	29.521.372	160.925.792	190.755.799	15,64	84,36

Fonte: IBGE dados históricos dos Censos, (1) população presente, (2) contagem da população. Adaptado de Oliveira (2014).

Desse modo, ao associar os elementos do capital industrial no meio rural, muda-se a representação do rural, sendo que as antigas formas de produção foram substituídas por novas tecnologias, nas quais os métodos tidos como naturais foram deixados de lado, e a agricultura passou a depender cada vez mais da dinâmica do capital industrial inserida no campo (GOMES, 2013).

Corroborando tal colocação, Graziano da Silva (1982) expõe que o significado do desenvolvimento das forças produtivas no campo se resume em transformar a terra, de uma dádiva da natureza, em um elemento próprio do capital, produto das relações sociais de produção. O autor esclarece que: “é como se o homem passasse a “fabricar” as terras necessárias através da utilização das técnicas que desenvolveu (irrigação, drenagem, máquinas, fertilizantes, etc.) e das relações que se estabelecem entre os vários agentes sociais da produção” (GRAZIANO DA SILVA, 1982:45).

Nessa linha de raciocínio, Fonseca (1985) argumenta que nesse momento o caráter assistencial do programa de Extensão Rural, herdado do modelo americano, perdeu seu sentido, vindo a exigir reformulações com relação ao trabalho extensionista. Nas próprias palavras da autora: “não era mais viável a assistência técnica direta aos trabalhos comunitários e aplicação do crédito supervisionado como até então vinham sendo feitos” (FONSECA, 1985:174).

Vale relembrar novamente que, na percepção de Pinto (2009), na medida em que as disseminações de conhecimentos extensionistas ampliaram-se no território nacional, o crescimento do potencial de produção rural, bem remunerativo, também aumentou,

colocando o Brasil como Nação de maior expressividade em suprimento de alimentos e matéria prima básica, para a mais extensa lista de produtos industriais.

Em 1964, com o início do Governo militar, foram adotados novos procedimentos para todos os setores do sistema econômico brasileiro, estimulando-se cada vez mais a exportação de produtos agrícolas, buscando a inserção de capital e de tecnologia estrangeira em todo o território nacional, não sendo diferente no meio rural.

Gonçalves (2012:76), ao analisar as figuras fotográficas dos 60 anos de Extensão Rural no estado de Minas Gerais, enfatiza que durante a época do regime militar o objetivo para o campo se consolidava em favor de uma modernização que não se referia somente á agricultura, mas aos costumes e ao modo de vida em geral dos moradores do campo, procurando induzir toda a família ao ideal de conforto, modernidade e inserção no consumo. De acordo com o autor, “após o golpe militar de 64, houve forte incentivo para a urbanização e industrialização do campo, o que reflete inclusive no acesso das populações rurais aos materiais da indústria de construção civil e aos eletrodomésticos”.

Sob tal conjuntura, Leite (2002) avalia que o Regime Militar instaurado no Brasil modificou extremamente a estrutura sociopolítica da Nação, e, cristalizou o modelo de dependência econômica do país em relação aos países do bloco capitalista. Em síntese, a década de 1960 foi marcada pela orientação do Serviço de Extensão Rural por meio da abordagem difusionista, denominada também como a “teoria da difusão das inovações” analisada por Everett Rogers, a qual tinha como público os agricultores com amplo potencial para a adoção de novas técnicas agrícolas.

Foi em meio a essas e tantas outras mudanças nas formas de produção e de distribuição dos produtos da agricultura, que se constituíram os chamados Complexos Agroindustrial – CAI's. Os Complexos Agroindustriais (CAI's) surgiram durante a década de 1960, se se consolidando em meados dos anos 70, sendo basicamente a integração e consolidação do setor agrário e industrial, abrangendo as indústrias de segmentos destinados para a agricultura, e a agricultura juntamente com as indústrias processadoras (ERTHAL, 2006; FARJADO, 2008).

A partir de um conjunto de políticas, novas formas de desenvolvimento capitalista na agricultura foram projetadas pelo Estado. Conforme explica Kageyama et. alii. (1990), o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado no bojo da Reforma do Sistema

Financeiro, estabelecia que parte dos recursos captados pelos bancos fossem destinados ao setor agrícola.

Nesse contexto, a intensa relação entre os setores da agricultura e industrial se fortalecia em função da integração do capital subsidiado pelo Sistema Nacional de Crédito Rural - (SNCR). Essa complementação só se tornou possível mediante forte apoio de grandes empresas nacionais e internacionais, por intermédio da criação de políticas de estímulo ao setor agroindustrial, e por último através da institucionalização de empresas estatais, com incentivos tributários destinados ao setor de exportação.

Porém o período desenvolvimentista da agricultura brasileira provocou um extenso debate sobre desenvolvimento rural, ocasionando o surgimento, no início dos anos 1970, de um novo modelo de desenvolvimento, denominado de “Crescimento com Equidade” (DEPONTI, 2010). Nesse sentido, o desenvolvimento rural englobaria a ideia de sustentabilidade, de modo a gerar um modelo de desenvolvimento que não viesse a comprometer futuramente os recursos naturais.

Nessa época, a extensão rural tinha principal objetivo desenvolver estratégias de educação informal que pudessem favorecer a modernização a agricultura, propondo novas técnicas ao agricultor, sendo a função do extensionista educar o homem do campo, fazendo do mesmo, um novo agricultor, que fosse capaz de lidar com as novas técnicas necessárias para o desenvolvimento da agricultura, como o uso de insumos e maquinários.

A partir da década de 1970 houve então maior intervenção do Estado no meio rural brasileiro, com intensa presença estatal na produção agrícola no que se refere à fiscalização, comercialização e determinação de preços. De modo que todas as mudanças no sentido de reestruturação e modernização ocorridas no processo produtivo após a década 1960, estavam relacionadas com a formação da agroindústria e a inserção capitalista no campo (TEIXEIRA, 2005).

Ao analisar o significado do desenvolvimento presente na agricultura brasileira nessa época, Graziano da Silva (1982) associa as mudanças ocorridas no meio rural a uma forma de modernização que ocorreu em decorrência das exigências da entrada do capital no meio rural. No que se refere ao resultado desse processo, o mesmo autor ressalta que “as transformações porque passa a agricultura, na sua essência, representam a sua adequação ao sistema capitalista como reflexo das transformações porque passa o próprio capital” (GRAZIANO DA SILVA, 1982:126).

Em síntese, a estratégia de modernização da agricultura, considerada por Graziano da Silva (1982) como “dolorosa”, acentuou algumas características do processo de desenvolvimento agrícola brasileiro, tal qual, pode ser compreendido como um modelo de desenvolvimento capitalista, altamente excludente e dependente. O autor analisa que:

A industrialização tardia dos países periféricos – entre os quais se incluem os casos de industrialização da América Latina, que ocorreram na etapa do capitalismo monopolista – submeteu a agricultura a uma “modernização conservadora” na qual o grande capital se aliou ao latifúndio, sob a égide do Estado. E é por isso que sobressai ainda hoje, em nossa agricultura, a dominação do velho capital comercial e usuário ao lado do moderno capital comercial e usuário ao lado do moderno capital financeiro, reproduzindo também este, muitas vezes formas arcaicas de relações de trabalho (Graziano da Silva, 1982:126).

Em análise anterior, as observações de Graziano da Silva (1978) indicavam para certa “debilidade” nas transformações capitalistas presentes na agricultura brasileira na década de 1970, o que em síntese, simbolizava que o capital não teria conseguido a completa expropriação do trabalhador rural, muito pelo contrário, a agricultura brasileira estaria vivendo uma lenta e dolorosa modernização, a qual, em sua boa parte estaria sendo custeada pelos subsídios estatais. Para o mesmo autor, as dificuldades vivenciadas em razão das transformações especificamente capitalistas na agricultura brasileira estariam relacionadas historicamente à subordinação da agricultura ao capital comercial, em decorrência de sua estreita relação com o setor de exportação.

Esse contexto modernizador fez com que o Brasil passasse por grandes transformações, de país agrário com sua economia fundamentada na exportação, principalmente de café, a país industrial, passando então a adotar o modelo de desenvolvimento rural baseado na aquisição de maquinários, no uso de defensivos e na inclusão de fertilizantes químicos.

Entretanto, o processo de modernização significou para a agricultura “a passagem de uma atividade de apropriação das condições naturais existentes para uma atividade de fabricação dessas mesmas condições, quando ausentes” (GRAZIANO DA SILVA, 1982:126).

Dentro desse contexto de modernização agrícola, em 1974, em substituição à Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), pela lei nº6.126, de seis de novembro do mesmo ano, vinculada ao Ministério da Agricultura. De acordo com

Fonseca (1985) os objetivos básicos da EMBRATER seriam a melhoria das condições de vida das populações rurais e o aumento substancial da produção de alimentos e matérias-primas, tanto para o mercado interno quanto para a exportação.

Essa mudança estava relacionada ao novo modelo adotado pelo serviço de extensão rural, denominado difusionista inovador, o qual estaria voltado apenas para o desenvolvimento do setor agropecuário do país, visando o aumento da produtividade no campo. Fonseca (1985) elucida que a criação da EMBRATER foi o procedimento encontrado pelo Estado para continuar utilizando as atividades extensionistas para servir a seus interesses e garantir, através de “roupagens novas” a sobrevivência do setor agrícola brasileiro.

Peixoto (2008) argumenta que ao final da década de 1970, em razão da ausência de medidas sustentáveis no modelo de desenvolvimento da agricultura adotado, começaram a surgir os movimentos da agricultura alternativa (que envolviam agricultura orgânica, natural, biológica). Este movimento sofreu grande resistência de diversos setores (Estado, meio acadêmico e empresarial), só vindo a tomar força a partir do primeiro e segundo Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, realizados em 1981, em Curitiba-PR, e em 1984, em Petrópolis-RJ.

Perante tal colocação, Paiva (1975) alerta para os impactos negativos presentes no modelo de modernização da agricultura brasileira, na qual se circunscreve o Serviço de Extensão Rural, o qual aumentaria a pobreza à medida e que acelerasse o desemprego, entre outros problemas de razão socioeconômica. Sob a mesma ótica, Bergamasco (citado por Silva e Oliveira, 2010) discorre que o modelo de extensão rural implantado no Brasil teria sido corresponsável pela reprodução de um modelo de desenvolvimento excludente e autoritário, em que grande parte da população rural não teria tido acesso, não sendo possível cumprir o discurso institucional inicial que pregava a melhoria de vida para os moradores do campo (SILVA e OLIVEIRA, 2009).

Diante desse cenário, na década de 1980, a extensão rural viveu seu momento de crise. A partir desse instante, surgiu a necessidade de repensar a extensão rural e suas formas de atuação. Os problemas de reestruturação agrária não foram solucionados, e, em 1982, o Banco Central do Brasil excluiu a assistência técnica vinculada aos projetos de crédito rural financiado e retirou, um ano depois, os subsídios aos juros para o setor, o que culminou na extinção da EMBRATER, ficando o serviço de Extensão Rural sem uma

coordenação nacional. Durante este período as unidades da EMATER's passaram por grandes dificuldades, vinculando-se aos governos municipais, que assumiram as despesas dos escritórios locais. Pouco a pouco, o trabalho da EMATER foi se recompondo, e objetivos semelhantes aos da fase pioneira do trabalho, são postos em pauta. O atendimento ao pequeno produtor e sua família passa a ser compreendido como essencial para o desenvolvimento do meio rural brasileiro.

Godoy (2009) argumenta que a partir desse momento planejar políticas públicas de desenvolvimento regional, no âmbito dos governos estaduais, ou mesmo a partir do Governo Federal, pressupunha enfrentar problemas antigos potencializados por novas dificuldades, o que significava afrontar a herança de séculos de exploração colonial e de décadas de centralismo burocrático do período imperial, agravada pela excessiva concentração econômica no estado de São Paulo.

Nessa conjuntura, vimos que partir da década de 1980 ocorreram algumas mudanças nas justificativas do modo de atuação e na esfera administrativa do Serviço de Extensão Rural. No entanto, não é o foco de nosso estudo expor tais mudanças, em função do recorte temporal aqui adotado, que abrange o período de 1950 a 1980.

Com o objetivo de definir novos caminhos a serem percorridos pela indústria nacional, as discussões sobre a agricultura brasileira giravam em torno da necessidade de profundas alterações no meio rural, pois, acreditava-se, que se não houvesse um rompimento com a estrutura “arcaica” do campo, não poderia ser aprofundada a industrialização da sociedade brasileira (SILVA, 2002:10). A autora salienta que o meio rural brasileiro foi identificado enquanto o lugar responsável pelo atraso do desenvolvimento nacional, e que a questão relativa ao subdesenvolvimento se encontrava nos obstáculos impostos pelo Brasil agrário ao Brasil do progresso.

As políticas públicas destinadas à pesquisa, assistência técnica e crédito rural se voltaram para o fortalecimento do modelo de produção em grande escala de matéria prima agropecuária, sendo está destinada à exportação ou à industrialização. O Governo então passou a apoiar a criação de programas de subsídios às atividades rurais, com o intuito de baratear a compra de insumos, por meio do pagamento de parte do preço dos produtos com recursos públicos.

Desse modo, a nova configuração adquirida pela agricultura mediante novas técnicas de produção e distribuição, ocasionou em mudanças na vida dos moradores do

campo, passando então a exigir trabalhadores mais qualificados e dispostos a adotar o uso de tecnologias (GOMES, 2013).

Delgado (2001) salienta que o processo de modernização da agricultura estaria dividido em três períodos, sendo eles: a modernização agropecuária, que seriam as mudanças ocorridas do a partir da década de 1950, onde os agricultores passaram a adotar os pacotes tecnológicos; a industrialização dos processos de produção rural, ocorrida a partir da instalação do departamento de bens de produção e insumos para a agricultura no país, no fim dos anos 1950, serviço que contava com o apoio do Estado; e, por último, a integração de capitais Inter setoriais e o desenvolvimento do capital financeiro sob agricultura brasileira.

De acordo com Sepulcri (2005) associação entre agricultura e indústria resultou em grandes transformações, a partir do surgimento e desenvolvimento das agroindústrias, intensificadas pelo crescimento da demanda para os produtos da agropecuária.

Para Kageyama (1997) o processo de modernização só pode ser constatado a partir do avanço do consumo médio da agricultura, face ao aumento da dependência em relação aos insumos fabricados pelo setor industrial. O consumo intermediário no valor bruto da produção passou de 21,5% no ano de 1965, para 38,7% na década de 1980.

Mazzali (2000) entende que nesse momento, o Estado brasileiro como financiador e articulador de diferentes interesses, era quem garantia e administrava um padrão no sentido das relações entre os agentes, o que proporcionava dessa forma, um determinado estilo ao processo de modernização.

Desse modo, é possível perceber que algumas características peculiares no processo de industrialização da agricultura, primeiramente, o desenvolvimento da produção agrícola, a partir do final da década de 1950 e início dos anos 60, incluíram condições no sistema de produção agropecuária, como por exemplo, o aumento da produção, com base na utilização de insumos industrializados, como fertilizantes, adubos, inseticidas, e implementos agrícolas, idealizando uma agricultura tecnificada.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que a agricultura então perdeu rapidamente as suas características artesanais manufatureiras, dando lugar a indústria, o que imprimiu sua forma de beneficiar, processar, armazenar e comercializar. Tendo como consequência um impacto significativo na agricultura, tanto na produção como na comercialização dos produtos, acelerando a modernização agrícola (MÜLLER, 1989).

No começo da década de 1960, a produção agrícola brasileira era constituída basicamente por culturas de exportação, destacando-se o café e a cana-de-açúcar, seguida de outras culturas de uso intensivo de mão-de-obra para o abastecimento interno (SEPULCRI, 2005). Houve um aumento nas culturas como soja e milho, sobretudo a partir dos anos 70, conforme se observa no gráfico a seguir.

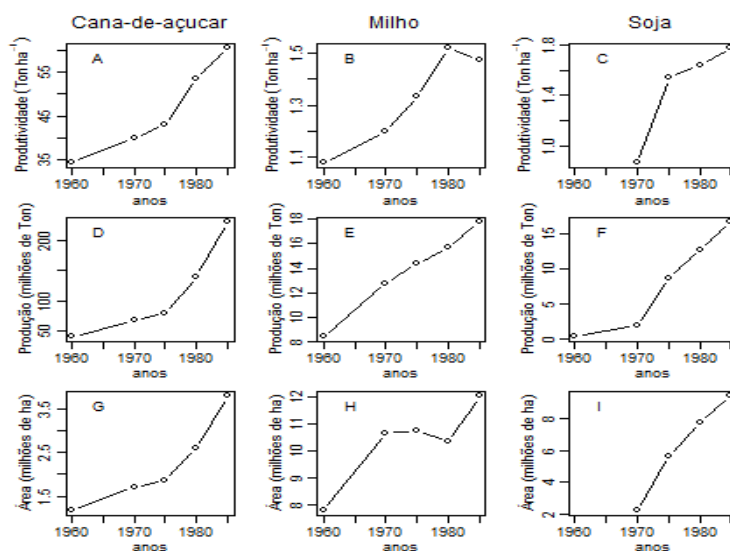


Figura 3 – Aumento de produtividade de novas culturas por área plantada.
 Fonte: IBGE: Censo Agropecuário do período entre 1960 e 1980.

Os dados apresentados revelam nitidamente o aumento na produção de culturas por área plantada, o que é coerente com a oferta de pacotes tecnológicos e bens de consumo voltados para a produção agrícola. Os números apresentados refletem o aumento na produtividade, sinalizando uma disposição a substituição de determinadas culturas antes cultivadas, por novos alimentos.

Desse modo, a chegada da década de 1970 foi significativa para o setor agropecuário, representando um maior desenvolvimento e passando a responder aos anseios da sociedade urbana. Impulsionada pela política de facilitação de créditos, que teve início já na segunda metade dos anos 60 pelo chamado desenvolvimento urbano-industrial daquele momento, também conhecido como “milagre brasileiro”, a agricultura brasileira não apenas respondeu as demandas do setor econômico, mas teve sua base produtiva profundamente alterada pelo aumento do uso de pacotes tecnológicos e a pela presença da assistência técnica no campo (GONÇALVES NETO, 1997).

Navarro (2001) ao analisar os princípios da Revolução Verde pondera que os mesmos concretizaram a utilização de um padrão tecnológico no meio agrícola, rompendo com o modo de vida tradicional das famílias do campo, muitas vezes, herdados de seus antepassados e transferidos a cada geração, dando lugar a novas formas de pensar, viver e produzir, mercantilizando aos poucos a vida social e anulando a autossuficiência que outrora a agricultura brasileira teria desfrutado.

Ratificando a mesma questão, Fonseca (1985:96) ressalta que para o agricultor todas essas alterações acarretaram em mudanças “violentas”, as quais se fizeram presentes do dia-a-dia do homem rural. Além de aprender uma nova forma de produzir, também passou a se exigir que as famílias passassem a consumir produtos de origem industriais, ou seja, foram incorporados novos costumes no modo de se alimentar, se vestir e se relacionar.

Sob o mesmo prisma, Graziano da Silva (1980) observa que o desenvolvimento capitalista no campo está relacionado à própria industrialização da agricultura. Para o autor, equivale dizer que a consolidação das forças produtivas no meio rural passou a ter como objetivo modificar a terra, para que essa deixasse de ser uma dádiva da natureza e se torne um componente do capital.

O mesmo autor ainda ressalta o fato de que após o processo de industrialização da agricultura, as limitações impostas pela natureza não se colocam mais como impedimentos à produção, seria como se o homem começasse a produzir as terras necessárias por meio da adoção de técnicas desenvolvidas, como métodos de drenagem, irrigação, implementos e insumos agrícolas, sendo capaz de superar as circunstâncias desfavoráveis ao aumento da produção.

No que se refere à preocupação do Estado brasileiro com a pesquisa agropecuária, a criação da EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária pode ser considerada um marco para o surgimento de novas políticas de desenvolvimento agrário no Brasil. A instituição teve papel decisivo na transformação da agricultura brasileira, através de inovações tecnológicas como a introdução do melhoramento genético, sementes híbridas, controle de pragas e de doenças, entre outras atividades consideradas essenciais para o desenvolvimento agropecuário.

2.3. As novas configurações adquiridas pela agricultura

A partir da década de 1970 começaram a se instalar no país várias indústrias no segmento agrícola, as quais foram responsáveis pela oferta de todos os insumos necessários para a produção agrária, como por exemplo, fertilizantes e adubos químicos, medicamentos de uso veterinários, máquinas agrícolas, e vários outros produtos de origem industrial destinado para o campo. Graziano da Silva (1980) afirma que a partir desse momento, a agricultura não seria mais compreendida como um aspecto inativo, pois, cada vez mais, a agricultura se afirmava como meio de produção direcionada para o setor industrial, se posicionando não apenas como produtora de bens de consumo, mas também com grande poder consumidor.

É em meio a esse cenário de rápida expansão econômica, e em um ambiente de bastante entusiasmo desenvolvimentista, que surgem no Brasil a indústria de máquinas agrícolas. Dessa forma, em 1960 se registrava um total de produção de 37 tratores de rodas de média potência, sendo 32 pela Ford e cinco pela Valmet. Já a partir de 1961 ocorreu a arrancada definitiva da indústria nacional de tratores, colocando no mercado brasileiro 1.679 unidades. (AMATO NETO, 1985).

Castilhos et al. (2008), ao analisarem as transformações ocorridas nas indústrias produtoras de máquinas e implementos agrícolas ressaltam que entre na década de 1960, várias empresas estrangeiras produtoras de tratores, máquinas, implementos agrícolas e peças e componentes se instalaram no Brasil. Percebe-se um expressivo aumento no número de vendas de maquinários, e também, no aumento de vendas de fertilizantes nesse recorte temporal em função das mudanças ocorridas na agricultura nesse mesmo período, resultante de inovações tecnológicas inseridas ao processo produtivo por meio da modernização agrícola.

O gráfico a seguir indica o número total de máquinas automotrizes e fertilizantes comercializados no Brasil no período de 1960 a 1990.

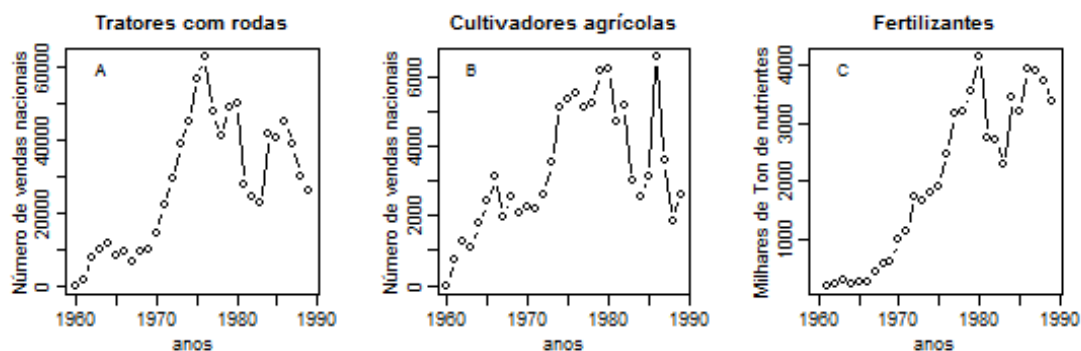


Figura 4 – Evolução no número de vendas de maquinários e fertilizantes agrícolas.

Fonte: IBGE: Censo Agropecuário no período de 1960 e 1980.

Conforme se observa na figura acima, a agricultura brasileira vivenciou um relevante aumento no que se refere à aquisição de maquinários e ao uso de substâncias químicas. Nesse sentido, Kageyama (1990) destaca que a modernização agrícola brasileira não se concretizou somente por meio do aumento do consumo de fertilizantes e da mecanização, mas também cresceu e se consolidou a partir do uso de agrotóxicos (defensivos químicos). O consumo desse composto químico aumentou 7,2% ao ano no período correspondente entre 1970 e 1980, sendo o consumo de herbicidas o responsável aumento dos índices, seguidos pelos fungicidas e inseticidas.

Nessa vertente, Sepulcri (2005) identifica o aniquilamento do caráter autônomo antes tido pela agricultura brasileira, ao passo que, cada vez mais o setor agrícola se inseria na dinâmica industrial e financeira, por meio do consumo de determinados insumos, e pelo fornecimento de matéria-prima para outros setores de produção, bem como, produzindo, além dos produtos convencionais para consumo final, bens intermediários para indústrias de transformação.

Para Delgado (2001), os agricultores com pequena escala de produção foram os mais afetados pela criação dos Complexos Agroindustriais – (CAI's), para esse autor, o principal exemplo são os fornecedores da grande agroindústria nos segmentos de avicultura, suinocultura, fruticultura, entre outros, relacionados por diferentes modos de acordos comerciais com grandes indústrias.

CAPÍTULO 3 - CLUBES 4-H: OS GRUPOS DE JOVENS NOS EUA.

Como foi apontado na introdução, este capítulo traz algumas reflexões sobre os Clubes 4-H nos EUA, que foram a referência prática e modelo para os Clubes 4-S no Brasil. Desse modo, conhecer a filosofia de trabalho e atuações do Clube 4-H naquele país deve-se à expectativa de melhor entender razão de ser e alguns desdobramentos do modelo no Brasil.

Portanto, a importância desse capítulo se deve ao fato desses Clubes terem sido os grandes inspiradores para o trabalho com a Juventude Rural brasileira, por isso buscamos compreender sua estrutura e funcionamento, e descrever as principais mudanças ocorridas desde o início do Clube, até os dias atuais. Para isso foi necessário ir além da consulta ao material bibliográfico. Por meio de entrevistas de entrevistas com agentes 4-H, foi possível compreender o atual modo de atuação do Clube, seus projetos, ações e mecanismos voltados para promover o que lá é denominado “desenvolvimento juvenil”.

3.1. A gênese dos Clubes de meninos e meninas nos EUA

De acordo com Wessel (1982), no final da década de 1890, surge nos EUA um trabalho com os grupos de meninos e meninas, quando o meio rural americano tentava definir uma imagem de si para o restante país. O êxodo rural era grande, sobretudo de jovens, que partiam para as cidades, pois tinham em seu imaginário o meio urbano com potencial de emprego e prosperidade econômica. Os jovens rurais não tinham como ideal de futuro o trabalho na agricultura, e daí surgiu a preocupação com as crianças e os jovens da zona rural.

Como estratégia para melhorar a vida dos moradores do campo, sobretudo dos agricultores, começaram a surgir estações experimentais em vários estados americanos, as quais tinham como objetivo introduzir melhores técnicas agrícolas e repassar os conhecimentos científicos descobertos pelas universidades diretamente para o agricultor.

Com a perspectiva de “estender”, ou seja, levar o conhecimento até a população, e expandir o conhecimento para o meio rural, em 1901, Albert B. Graham, diretor de uma escola no estado de Ohio, começou a promover aulas práticas de agricultura nas escolas rurais (RECK, 1951; WESSEL, 1982). Ao que se sabe, essas foram as primeiras

experiências que levaram à criação de “clubes” de meninos – nesse momento ainda não havia sido pensado no trabalho com as meninas - nos Estados Unidos.

Ao perceber que o conhecimento absorvido pelas crianças era também repassado e acatado por seus pais, no ano 1902, a ideia de ensinar as crianças começou a se desenvolver cada vez mais. Graham começou então a organizar não somente grupo de meninos, mas também de meninas, por meio de reuniões, onde se discutiam projetos para serem desenvolvidos pelos jovens. Graham então passou a buscar ajuda das estações experimentais de agricultura e na Universidade do Estado de Ohio, na tentativa de oficializar o trabalho dos grupos. (RECK, 1951; WESSEL, 1982).

Nesse aspecto, nota-se que os clubes organizados por Graham são considerados o início do Clube 4-H. Sabe-se que foi a partir desse momento que os clubes passaram a utilizar como símbolo um trevo de três folhas, no qual eram expostas três letras H, as quais representavam as palavras Head, Heart e Hands, (cabeça, coração e mãos) respectivamente. Com o tempo, o Clube 4-H passou a ter como símbolo um trevo de quatro folhas, sendo incluída a temática “health”, que considera os aspectos referentes a saúde, como alimentação saudável e a prática de esportes.

Portanto, de acordo com a documentação consultada, compreende-se que o trevo de quatro folhas utilizado como símbolo oficial do programa tem como objetivo transmitir a seguinte mensagem: utilizar a cabeça (Head) para pensar; o coração (Heart) para sentir; as mãos (Hands) para trabalhar e a saúde (Health) para fazer mais pelo Clube e pela sociedade.



Figura 5: Trevo de quatro folhas, o símbolo oficial do Clube 4-H nos Estados Unidos. Fonte: Informativo “*Farm Boys and Girls, March/April*”, Ohio, 1919. Pesquisa documental, 2014.

Outro importante personagem na história do Clube 4-H americano é o Professor de agronomia Seaman Knapp, que foi contratado pelo United States Department of Agriculture - USDA (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos), para promover melhorias nos métodos de cultivo nos estados do sul do país. Contam os registros que sua maior obra em torno do trabalho com jovens teria sido a realização das demonstrações de métodos de combate de insetos no estado Texas. Dessa forma, Knapp trabalhou a associação entre teoria e prática, comprovando que essa seria a maneira mais eficaz de obter os melhores resultados (RECK, 1951).

Para esse professor, a estratégia do “aprender fazendo” seria a maneira ideal para ensinar meninos e meninas como trabalhar melhor e conseguir alcançar seus objetivos. O Trabalho de Knapp no Texas resultou na criação de várias Cooperativas de Trabalho e de Demonstração, as quais posteriormente foram vinculadas ao Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

Na mesma perspectiva, em 1906, o Professor Knapp iniciou outro intenso trabalho com os agricultores afro-americanos no sul do país. A eficácia de seu trabalho junto a essas famílias resultou na organização de clubes meninos e meninas afro-americanas. Com a expansão desse trabalho com a juventude rural, no final da década de 1910 os principais objetivos traçados para os grupos de meninos e meninas já tinham sido alcançados, e Knapp havia conseguido provar o quanto era positivo para crianças e jovens a organização de clubes que visavam a introdução da “ciência e de práticas agrícolas”. Os clubes, então, começaram a organizar concursos para exposição de produtos cultivados pelos jovens, a partir da adoção de novos métodos, quando eram oferecidos prêmios como forma de apoio e estímulo aos jovens (ENTREVISTA 4, 2014).

Nesse cenário de criação dos clubes 4-H, há também outro importante colaborador, que foi o Professor P. G. Holden, superintendente do serviço de extensão do estado de Iowa (WESSEL, 1982). Holden deu ordens para que fossem organizados grupos de trabalho com meninos e meninas em todas as escolas de Iowa. Os Clubes nesse estado então começaram a promover várias ferramentas de ensino em torno dos jovens, muitas delas que, inclusive, ainda são utilizadas, permanecendo o conceito inserido pelo professor Knapp, a metodologia de ensino “aprender-fazendo”, por meio de projetos, reuniões de grupo, exposições, e da interação entre o trabalho de jovens e adultos.

Ainda nos primeiros anos de trabalho com os jovens, a principal ferramenta de ensino se dava a partir de técnicas de cultivo de milho para os meninos, e de corte e costura e conservação de alimentos para as meninas (ENTREVISTA 4, 2014). Na Figura a seguir, temos um grupo de meninas apresentando seus trabalhos com conservas de alimentos no estado de Iowa, em 1952. Nesse período, a questão alimentar e de conservação era pauta das discussões nos Clubes.

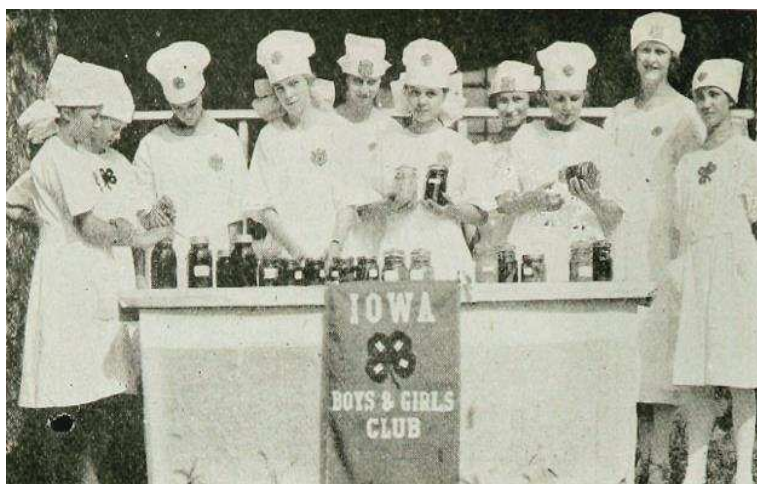


Figura 6: Clubes do Estado de Iowa.

Fonte: Livro “The 4-H History-1957” Pesquisa documental, 2014.

Ainda no que se refere às questões alimentares e de armazenamento, outra preocupação se referia a demanda e os cuidados com os alimentos. Face ao grande aumento da população, existia o receio de não ser possível alimentar um grande número de pessoas, no entanto, essa situação poderia se reverter, caso os agricultores descobrissem melhores formas de cultivo e de se obter uma quantidade maior de alimentos. Com esse mesmo raciocínio, acreditava-se que era de grande importância que as donas de casa aprendessem a maneira correta de armazenar os alimentos, evitando, assim, o desperdício e obtendo um maior aproveitamento nutricional dos alimentos.

Nesse aspecto, como forma de institucionalização do trabalho desenvolvido com os jovens, no ano de 1909, o USDA – United States Department of Agriculture esboçou uma proposta de criação de Clubes de meninas com o objetivo de ensinar a fazer conservas de alimentos, que nesse projeto, os trabalhos foram realizados com tomate. Mais tarde, no ano de 1912, 23.000 Clubes de meninas que trabalhavam com conservas de alimentos tinham sido organizados em todo o país (RECK, 1951). Os clubes eram

formados por meninas, de idade média entre 10 e 25 anos, onde eram também realizados trabalhos de costura, panificação, entre outras tarefas entendidas como “do lar”.

O objetivo inicial era ensinar métodos seguros e eficazes de como preservar os alimentos. No entanto, com o passar do tempo e o desenvolvimento de novas atividades, os clubes de meninas logo se voltaram para todo o papel da mulher no lar e na comunidade.

Desse modo, em meados de 1913, foram iniciados clubes de meninos e meninas em quase todos os estados americanos (RECK, 1951). Em Nebraska, o trabalho teve início a partir da Associação Agrícola de Meninos, “*Boys Association Agrícola*” onde principal trabalho consistia na demonstração de técnicas de cultivo de lavouras de milho. No que se refere ao trabalho com meninas, foi criada a Associação de Ciência Doméstica das Meninas de Nebraska, “*Nebraska Meninas Domestic Science Association*”, sendo que a base das atividades desenvolvidas eram os segmentos de vestuário e alimentação.

Observa-se, nesse momento, que ainda não era trabalhado o sentido exposto pela palavra “*health*” (saúde), que aparece como a quarta letra do símbolo de quatro folhas, adotado posteriormente pelo Clube. A ideia de “camp” (acampamento) está presente desde o início do trabalho com o 4-H. Na Figura a seguir, temos o registro de um dos primeiros acampamentos do Clube.



Figura 7: Registro de acampamento no estado de Iowa, EUA.

Fonte: Imagem extraída do Livro “The 4-H History, 1957”.

O principal objetivo durante os acampamentos seria a transmissão de conhecimentos, para um melhor aproveitamento e disseminação do conhecimento aprendido, através da troca de experiências. Percebe-se que havia a preocupação em trabalhar o desenvolvimento integral do jovem, no sentido da socialização. Para tal, eram

realizadas atividades que promoviam o entretenimento dos jovens e a troca de saberes entre os mesmos.

Conforme documentos consultados, desde a criação do primeiro clube de meninos e meninas, o impacto positivo foi rapidamente observado entre os pais, professores e superintendentes de estado. Em 1919 ocorreu um dos mais importantes encontros na história do movimento 4-H, realizado na cidade de Kansas, no estado de Missouri. Nesse momento, a estrutura geral dos clubes locais foi firmemente estabelecida, visando incentivar a expansão de projetos. As relações entre o trabalho do clube e do ensino profissional nas escolas foram definidas, ao mesmo tempo em que o princípio geral da iniciativa dos Clubes locais foi ratificado.

De acordo com a entrevistada 04, especialista em 4-H, na Universidade do Estado da Flórida, os clubes ganharam muita popularidade por ajudar não somente as crianças e os jovens, mas toda a família. Para a professora “Naquele tempo, o único objetivo do clube era ajuda-los a aprender mais. As famílias do meio rural eram muito isoladas, não tinham muita informação, não tinham TV nem telefone. Então, a melhor alternativa era aprender uns com os outros” (ENTREVISTA 04, 2014).

Nesse sentido, com o objetivo de ampliar os conhecimentos, no ano 1948 um grupo de jovens americanos viajaram para a Europa, e meninos e meninas desse continente foram para os Estados Unidos, trabalhando com a ideia de proporcionar um intercâmbio cultural entre os jovens. Nesse mesmo ano, ocorreu o primeiro Intercâmbio Internacional de Jovens, sendo considerada pelos líderes do 4-H uma experiência altamente educativa para centenas de jovens participantes dos clubes. Na Figura abaixo, com o título “4-H – Oportunidade para todos” pode-se perceber a preocupação da instituição americana em ressaltar que o trabalho era para todos os jovens, sem distinção de classe social, raça ou nacionalidade.



Figura 8.
Pôster representando a mistura étnica de membros 4-H, em 1958.

Fonte: Livro “The 4-H An American Idea- 1900-1980”. Pesquisa documental, 2014.

A década de 1950 é considerada um marco para a história do Clube 4-H. Em 1952, o Clube 4-H celebrou o seu 50º aniversário, sendo realizadas várias atividades em comemoração a esta data por todo país. Vimos que este fato se refere a expansão urbana das atividades 4-H, o que ocorreu em praticamente todos os estados americanos. As atividades foram sendo adaptadas às necessidades e ao modo de vida urbano, ampliando para vários setores o trabalho e a metodologia já utilizada ao longo dos anos.

Nesse sentido, entende-se que o Clube 4-H americano procurou acompanhar as demandas de jovens e crianças, buscando estar presente onde eles estivessem. Como se pode ver no tópico a seguir, a filosofia 4-H permaneceu intacta ao longo dos anos, porém, de acordo com a documentação consultada, buscando sempre oferecer aquilo que os jovens necessitassem para maior aprendizado e envolvimento com a comunidade onde vivessem.

3.2. Os Clubes 4-H no século XXI

Os resultados da pesquisa de campo realizada em 2014 apontaram que nos últimos anos, o programa 4-H tem registrado duas tendências significativas. Uma delas é que a finalidade básica do 4-H, que é o crescimento pessoal do jovem, por meio da participação

em projetos dentro do Clube, sendo considerados como meios importantes para a “realização e crescimento do jovem” (ENTREVISTA 5, 2014).

Após quase 50 anos de trabalho com os jovens rurais, os Clubes 4-H se estenderam para o espaço urbano, em meados de 1945 (WESSEL, 1982). Esse acontecimento permite perceber a adaptação do Clube 4-H ao meio urbano, o que ocorreu no sentido de acompanhar as demandas juvenis. Para os agentes 4-H, as habilidades desenvolvidas por jovens e crianças dentro do Clube podem ser utilizadas para a vida toda.

Dentre os programas oferecidos, merecem destaque as experiências educacionais que são construídas a partir da justificativa de que é preciso desenvolver nos jovens: “habilidades para a vida, a comunicação e a tomada de decisão, cidadania e habilidade de liderança, aprender a aprender, e capacidade de lidar com as mudanças” (ENTREVISTA 4, 2014). Assim, o denominado desenvolvimento do indivíduo “como um todo” também é a concepção que orienta os programas educacionais 4-H.

Outra orientação na direção do programa e coordenação organizacional visa combinar organizações 4-H antes separadas por gênero e raça em um único programa integrado. O depoente 4, durante entrevista, ressalta que:

Além do núcleo 4-H modelo “*club*” comunidade, que é voltado especificamente para o meio rural, os jovens do campo podem participar também de várias atividades voltadas para o meio urbano, como programas de alimentação e nutrição, reforço escolar, prática de esportes, acampamento, e experiências de aprendizagem internacionais, via intercâmbio promovido entre os Clube 4-H e Clubes de outros países. (ENTREVISTA 4, 2014)

Observa-se que a proposta do Clube 4-H é levar até a criança e o jovem a oportunidade de crescimento e desenvolvimento de suas habilidades, não importando se o jovem se encontra no meio urbano ou rural. Também pode-se observar que as propostas do Clube 4-H se diferenciaram de acordo com o clima, o tipo de agricultura e a economia desenvolvida em cada estado, adaptando-se as necessidades dos jovens em cada região.

Segundo a entrevistada 4, o grande objetivo do Clube é ensinar ao jovem como se tornar um “líder”, ou seja, trabalhar a questão do engajamento do jovem com os problemas da sua comunidade e da sociedade como um todo. Entre os vários programas disponibilizados, o jovem escolhe o que mais está relacionado com suas habilidades e

preferências, e “dentro do que as crianças escolhem participar, é inserido o conceito de ser um cidadão melhor”.

Desse modo, de acordo com os depoimentos e documentação, o trabalho de organização dos Clubes 4-H visa a formação de jovens com as características de liderança e dinamismo, buscando prepara-los para possíveis adversidades. A expectativa é desenvolvê-los como cidadãos ativos e participativos em suas comunidades, seja no âmbito urbano, ou rural. Para tais objetivos, são utilizadas estratégias que buscam ir além do espaço escolar e da agricultura.

No que se refere às entidades que mantêm os recursos financeiros para o Clube, o entrevistado 2, informou que os recursos são repassados pelo IFAS (Institute of food and Agricultural Sciences) e que parte do recurso estadual destinado a Universidade é repassado diretamente para o Clube 4-H.

Para o entrevistado 4, a preocupação maior está em proporcionar condições para realização das necessidades atuais, ou seja, é preciso estar sempre atento ao que o jovem precisa, ao que tem chamado a atenção do segmento juvenil. Para trabalhar aspectos de liderança com as crianças, são utilizados métodos de comunicação, por meio de palestras e oficinas de teatro, ensinando-os como se expressar melhor, e colocar em práticas suas ideias.

Dessa forma, os programas atualmente trabalham com três grandes áreas: a ciência, a saúde e a liderança juvenil. No âmbito da ciência, são trabalhadas questões como: agricultura, pecuária, engenharia, robótica, tecnologia da computação, meio-ambiente, horticultura e jardinagem. Em relação aos cuidados com a saúde são trabalhados aspectos como nutrição e prática de esportes, ambos inseridos em um projeto chamado “vivendo com saúde”. Como atualmente no Clube 4-H não existe uma separação nos serviços entre o setor urbano e rural, os programas são ofertados para todos os jovens, independente da localidade em que residem. Desse modo “Dentro do que as crianças escolhem participar, é inserido o conceito de ser um cidadão melhor” (ENTREVISTA 4, 2014).

Após a realização dos cursos, os jovens organizam workshops e apresentações para compartilharem o aprendizado adquirido. Dessa forma, operacionaliza-se a ideia de um aprendizado voltado para a sociedade, quando os conhecimentos obtidos por meio do Clube são compartilhados com a comunidade.

Ao decorrer dos 100 anos de trabalho, pode-se perceber que muitas mudanças ocorreram no Clube 4-H nos Estados Unidos. Houve um grande número de aumento de Clubes, sendo que há Clubes 4-H em todos os estados norte-americanos, não importando onde esse jovem esteja. Um grande número de pessoas que participaram do Clube no passado, trabalha como voluntários, colaborando em diversas atividades dentro da instituição.

Atualmente, são mais de 7.000.000 jovens americanos participando do Clube 4-H, e nos últimos anos, os Clubes 4-H continuam servindo de referência para a implantação de programas similares em todo o mundo.

Por isso pode-se dizer que os Clubes 4-H nos EUA, ontem e hoje, são uma estratégia institucional voltada para mobilização e organização social de localidades, por meio de ações formativas para jovens rurais, e, depois, ampliadas para os espaços urbanos. Nessas ações, as interações desses jovens com os outros se dão por meio da intervenção de outros agentes, responsáveis pelo que chamam de “ensino” de atividades práticas e operativas, que esses agentes diagnosticam como sendo de “interesse” desses jovens.

Os clubes são mantidos por verbas públicas e privadas, e por isso, pode-se inferir, que são estratégicos não só para capacitação para o trabalho, mas para a formação de lideranças nas localidades.

CAPÍTULO 4 – CLUBES 4-S NO BRASIL: A EXPERIÊNCIA EM MINAS GERAIS

Neste capítulo, procura-se apresentar o modo de atuação dos Clubes 4-S em Minas Gerais, e mostrar a importância que os jovens rurais atribuem à Extensão Rural nesse Estado. Pretende-se também, expor como esses jovens se transformaram numa estratégia para a introdução da modernização no campo; e com base nas entrevistas realizadas, revelar a contribuição do trabalho quatroessita para o meio rural. Por outro lado, almeja-se também mostrar a forma como o Clube 4-S e sua abordagem interferiram para as escolhas e estratégias de vida pessoal dos jovens assistidos pelo extensionismo.

4.1. A Juventude Rural no período de 1950 a 1980

Juventude e juventude rural são categorias que podem ser analisadas de maneiras distintas, podendo variar de acordo com o período e a sociedade em questão. Assim como toda classificação social, a ideia de juventude é socialmente construída (WEISHEIMER, 2005).

Deve-se ter em mente que a juventude rural, sobretudo no que se refere a décadas passadas, aparece como categoria ainda invisível no mundo científico. De acordo com Paulo (2011), o estudo da juventude rural é resultado de um contexto social e acadêmico que teve início somente a partir de 1960, o que atraiu um novo olhar acerca das questões relacionadas ao meio rural e de novas identidades nesse espaço construídas. Quando se tem a atenção voltada para a juventude rural nas décadas de 1950 a 1980, faz-se necessário considerar alguns aspectos da questão agrária e das configurações do campo que afetaram a condição juvenil nesse contexto. Para que se possa compreender o modo como a juventude rural foi concebida e a atuação dos Clubes 4-S no Brasil, estes aspectos colocam-se como fundamentais.

Ao tentar chegar a uma identificação do que seria a juventude durante o período de 1950 a 1980, uma referência veio de 1964, quando a Conferência Internacional sobre a Juventude, adotada pela a UNESCO apresentou um conceito de juventude, desde então:

O termo juventude designa um estado transitório, uma fase da vida humana de começo bem definido pelo aparecimento da puberdade; o final da juventude varia segundo critérios e os pontos de vista que se adote para determinar se as pessoas são 'jovens'. Por juventude entende-se não só uma fase da vida, mas também os indivíduos que pertencem aos grupos de idade definidos como jovens (MARTÍNEZ, 1987:661).

Cabe ressaltar que, a produção bibliográfica sobre a juventude rural no período entre 1950 e 1980 ainda é escassa. Nesse sentido, essa pesquisa propõe contribuir com a perspectiva histórica sobre a forma como a categoria juventude rural era interpretada naquele determinado período, particularmente pelo olhar dos atores sociais que vivenciaram o auge e o declínio dos Clubes 4-S no Brasil.

Para Sposito (2002) na década de 1960 a juventude era considerada como um problema, sendo compreendida pela sociedade como a categoria responsável pela crise de valores vivenciada e pelo conflito de gerações. É importante ressaltar que assim como outras fases da vida, a juventude faz parte de uma construção social, histórica e cultural, onde cada momento possui suas funções, representações e significados distintos.

Gomes (2013:136) expõe que a partir da década de 1960, surgiu um novo “jeito de ser” e “agir” dos jovens frente à sociedade, e que nesse cenário essa faixa etária foi considerada potencialmente revolucionária. Cinema, teatro, moda e principalmente a música apresentavam outro modelo de jovem do que aquele imaginado e identificado socialmente até então. Essa mudança de concepção passou a ser observada principalmente a partir da emergência de uma chamada “cultura jovem” materializada em produtos destinados a essa etapa da vida.

O autor enfatiza ainda que naquele período houve vários movimentos relacionados aos jovens, o que de certa forma incomodava os mais velhos, sobretudo aqueles que se consideravam detentores dos “bons costumes”. Desse modo, os jovens passaram a ser vistos como elementos favoráveis as inovações nas áreas comportamental e cultural. Nesse sentido, “cuidar” dos jovens como garantia do futuro do país e para que não fossem convencidos por ideias consideradas “perigosas”, fez com que a juventude se tornasse o principal foco de combate dos discursos promovidos pelos setores conservadores da década de 1960 (GOMES, 2013).

No que concerne mais especificamente à juventude rural, pode-se detectar uma concepção que caracteriza esses jovens como sujeitos profundamente afetados pela precariedade das zonas rurais, de acesso a bens e serviços socialmente necessários. Essa carência, conseqüentemente, explicava a necessidade da migração campo-cidade. Nessas condições, os filhos de pequenos agricultores muitas vezes se encontravam sem perspectivas de um futuro promissor, pois a família não tinha condições de capacitar esse jovem para o mercado de trabalho, sendo a única saída continuar na propriedade rural e tentar se adequar aos novos modos de produção (SOUZA, 2003).

A mesma constatação é confirmada por Silva (2002), ao ressaltar que a partir da ideologia de modernização e desenvolvimento do país derivou o ideal de fixar o jovem agricultor no campo, mas não de qualquer forma, pois este jovem deveria fazer uso de novas técnicas de plantio, adquirir implementos agrícolas, ou seja, tornar-se um consumidor. Ainda para esse autor, tratava-se de um discurso que pretendia determinar os espaços e os meios de atuação dos agricultores, fazendo-os sentirem-se responsáveis não mais apenas pela sua própria existência e de sua família, mas por algo mais amplo, pelo desenvolvimento da nação, sendo o jovem agricultor, um sujeito atento as novas tecnologias, e incumbido pelo desenvolvimento do país.

4.2. Educação no campo, Extensão Rural e seus desígnios.

Mesmo tendo a “vocação” do país fundamentada na agricultura, os habitantes do meio rural brasileiro tiveram, historicamente, seus direitos educacionais negados (Arroyo, 2007; Caldart, 2002; Santos, 2010). A educação para o meio rural, historicamente, esteve presente nos discursos dos governantes, porém, na prática, não se configurou como um direito dos moradores do campo, tampouco como uma prioridade. De acordo com Leite (2002), as primeiras tentativas de concretização da Educação Rural no Brasil se iniciaram devido ao intenso movimento migratório já nos anos 1920, quando um grande número de moradores deixou o campo rumo a lugares onde a industrialização se instalava de forma mais rápida.

Speyer (1983) considera que a introdução da educação rural na esfera jurídica brasileira aconteceu durante as primeiras décadas do século XX, inserindo nesse período o intenso debate que sobre importância da educação para a população rural, para a migração cidade/campo e para aumento da produtividade no campo. Sendo assim, nota-se que a função da escola nesse momento seria fixar as famílias no meio rural.

Pinho (2011) classifica em três os principais momentos da educação rural no Brasil: o primeiro ocorreu no final do século XIX e início do século XX, quando o objetivo era ampliar o ensino agrário a grupos específicos como as comunidades quilombolas, negras e pobres. O segundo momento teria ocorrido no início da década de 1920, com abordagens que buscavam valorizar a escola primária já existente no campo. Em um terceiro momento, por volta de fins da década de 1940, objetivava-se a implantação de uma educação diferente para as escolas primárias rurais, com a preocupação de que os professores se capacitassem em instituições de ensino específicas do meio rural. Desse modo, percebe-se que a educação rural, com uma proposta de currículo específico, direcionada para o desenvolvimento dos moradores do campo, não é recente.

Além disso, as pesquisas de Marin (2010) demonstram que, na América Latina existem desde a década de 1940 registros sobre a implantação de medidas educativas direcionadas para os moradores do meio rural. Muitas dessas iniciativas foram motivadas pelo modelo estadunidense e contou com o apoio de organismos internacionais. Assim, os governos latino-americanos começaram a legitimar a existência e os direitos dos jovens

do campo, o que, basicamente, começou a partir da introdução do serviço de Extensão Rural, e da criação de escolas de ensino fundamental, entre outros projetos voltados para o desenvolvimento rural. (MARIN, 2010). Dessa forma, o padrão norte-americano foi fielmente reproduzido em quase todos os países da América do Sul, não sendo diferente no Brasil.

Mészáros (2005) observa que a educação que se institucionalizou no modo de produção capitalista, sobretudo nos últimos 150 anos, esteve centrada nos propósitos de promover conhecimentos e qualificar os indivíduos indispensáveis para a expansão do sistema capitalista, e, ainda, promover um quadro de valores morais que corroboraram com os interesses das classes dominantes, através da disciplina implacavelmente estabelecida.

Para Leite (2002) a escola do campo foi instituída por meio de um ideário desenvolvimentista e de uma concepção de população do campo. De certa forma, as ações pedagógicas da Extensão Rural para a juventude agiu no mesmo sentido. De acordo com o autor, uma invasão de técnicos e agentes sociais e demais agentes que potencializaram uma nova perspectiva de educação. Para o autor:

Mediante um trabalho pedagógico exaustivo e altamente planejado, tendo como suporte ideológico a interpretação antropológica da Teoria dos Sistemas Sociais de Talcott Parsons, ressaltou-se o elemento instrucional a ser repassado aos rurícolas pelos extensionistas, de modo que as ações assimiladas provocassem novas formas de relações sociais e políticas no campo (LEITE, 2002:25).

Desse modo, percebe-se que a formação profissional dos jovens rurais é compreendida como compromisso de instituições públicas, embasando-se na aprendizagem de novos conhecimentos e do aperfeiçoamento de técnicas agrícolas com vistas na “melhoria do trabalho e da vida no campo”. Nessa conjuntura é que o Estado institucionaliza leis e políticas de educação voltadas para a juventude rural. Marin (2010) considera que essas políticas de educação, as quais eram organizadas e estruturadas com base no ensino agrícola e da formação de Clubes, tinham como objetivo capacitar os jovens para que fosse possível acompanhar o progresso científico e tecnológico no qual o Brasil se inseria.

Corroborando tal colocação, Leite (2002) considera importante ressaltar que foram realizados encontros, palestras e debates para problematizar a condição precária da vida no campo. O autor afirma que o governo federal trabalhou no sentido de realização

de convênios entre o Brasil e Estados Unidos, com objetivo de celebrar acordos de assistência para a educação dos moradores do campo. Desse modo, o Ministério da Agricultura do Brasil e a Inter-American Education Foundation Inc. (EUA), firmaram as propostas fundamentais do convênio, o que resultou na implantação das Missões Rurais, mantidas por recursos financeiros brasileiros e estadunidenses.

Nesse sentido, Gomes (2013) destaca a importância de se analisar o modelo de intervenção social engendrado na Extensão Rural e seu estreito vínculo com educação rural, na medida em que a prática extensionista poderia suprir algumas deficiências existentes na educação formal do campo. “A organização e formação dos Clubes 4-S mantêm estreita relação com o debate sobre Educação Rural das décadas de 1940 e 1950, envoltas na discussão sobre o desenvolvimento e modernização econômica preconizada para áreas consideradas subdesenvolvidas” (GOMES, 2013:01).

Leite (2002) considera que a década de 1950 como um período de crise na educação brasileira, face a demora para a elaboração da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que foi de 1948 até o ano de 1961. O autor esclarece que:

Avaliando a década de 1950, percebem-se a profundidade e as dimensões dessas dicotomias e, com pouco risco de estarmos equivocados, podemos dizer que a escola brasileira nessa época – especialmente a rural, foi condicionada às intenções capitalistas (LEITE, 2002:38).

O mesmo autor considera que a Extensão Rural lançou no campo um projeto educacional voltado para a educação e para vivência comunitária, de modo que, a metodologia utilizada para “educar” a população do campo seria bastante distinta dos métodos praticados pela escola tradicional. O autor ainda discorre que, nesse contexto, o que se constata é uma introdução incisiva da Extensão Rural e sua ideologia no meio rural, havendo a substituição da professora do ensino formal, pelo técnico e pela extensionista, cujos vencimentos eram subsidiados pelas instituições Inter-American Foundation e Fundação Rockefeller (LEITE, 2002, p. 42).

Nesse sentido, observa-se a aproximação entre o trabalho extensionista e a escola. Conforme exposto por Leite (1999), a ação extensionista se iniciou no Brasil por meio da CBAR (Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais), entidade que tinha como finalidade introduzir iniciativas de educação no meio rural.

Freire (1983), entretanto, identifica nessa proposta a negação e a anulação ao modo de vida camponesa e seus conhecimentos, considerando que o extensionismo desenvolvido desse modo pode atuar como uma ferramenta de “domesticação” e de “invasão cultural” sobre os moradores do campo.

No entender de Fonseca (1985), o trabalho de Extensão Rural desempenhou atividades que visavam a valorização do trabalho do homem do campo, e por meio de seu modelo difusionista inovador, buscou despertar no homem do campo o espírito de iniciativa, e justificava-se como sendo voltado para “estimular sua capacidade de ação, a fim de leva-lo a reconhecer, analisar e resolver seus próprios problemas e a enfrentar, democrática e cooperativamente, os problemas da comunidade” (Idem, 1985:162). Desse modo, o Serviço de Extensão proporcionou para o meio rural o surgimento de programas como associações e cooperativas, visando a melhoria no trabalho, na saúde na educação, com o objetivo de melhorar a condição socioeconômica no meio rural.

4.3. A Juventude Rural no Regime Militar

A repressão instaurada pelo regime militar no Brasil em 1964 também esteve presente no campo, sobretudo no tocante à disciplina, à educação moral e à obediência cívica, tendo como foco o perigo representado pelos jovens rurais (SILVA, 2002). No que se refere à educação, o autoritarismo refletiu no campo de modo a provocar um clima de obediência cívica, ou seja, as relações sociais no meio rural também foram afetadas e se materializaram na forma de uma educação autoritária e rígida que determinou, inclusive, o distanciamento no relacionamento entre pais e filhos.

Em relação à influência do momento político nos Clubes 4-S, Gomes (2013, p. 133) afirma que eles “não foram uma ilha isolada” em meio ao contexto político social brasileiro do período militar. De acordo com as ideias do autor, nota-se que o discurso extensionista sobre os Clubes 4-S se valeu de argumentos “pró-militares” para dar continuidade ao trabalho, que como já observa, mantinha desde suas origens uma conotação moral e cívica que o Regime de 1964 veio reforçar.

Os extensionistas teriam se valido, portanto, de estratégias variadas para garantir a continuidade dos trabalhos quatroessistas sem uma interferência direta de elementos políticos, numa clara alusão à suposta neutralidade da filosofia extensionista que tanto preconizavam e acreditavam ter.

De forma geral, a educação proporcionada aos jovens do campo não era voltada para a formação de um indivíduo com pensamento crítico, sendo que, eram poucas as preocupações no sentido de formar sujeitos capazes de agir com autonomia, além de se tratar de uma formação intelectual precária, sem a infraestrutura necessária para garantir uma educação de qualidade, que reproduzia o conceito de autoritarismo que estava presente no campo (SILVA, 2012).

Leite (2002) destaca que nesse contexto, com a política social brasileira concentrada na questão econômica interna e externa, nas décadas de 1960 e 1970, a educação foi apenas mais um indicador do atraso no qual o Brasil se encontrava. Desse modo, durante o governo do Presidente Castelo Branco, foi criado o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social para o período de 1967 a 1976. Nessa conjuntura, o processo de educação, tanto no meio urbano quanto no rural, é visto como mecanismo de capacitação do sujeito para seu futuro profissional e para o aumento de sua qualidade de vida.

Silva (2002) considera que apesar da atuação dos Clubes 4-S não ter se constituído como prática curricular, a mesma pode ser compreendida como uma atividade “extraclasse”. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido pelos Clubes 4-S pode ser também interpretado como uma modalidade informal de educação, e também como complemento à educação recebida na escola, face a precariedade do ensino nas escolas rurais.

Na visão de Figueiredo (citado por Silva e Callou, 2012), os Clubes 4-S da mesma forma que os grupos de homens, de senhoras e de moças “serviram para ampliar a ação do extensionista, baratear os custos operacionais e para criar um clima propício à ‘aquisição dos novos conhecimentos’ e à ‘mudanças de hábitos e atitudes’”.

Nesse aspecto, Speyer (1983) afirma que a Extensão Rural surgiu como uma nova modalidade de assistência técnica para o campo, sendo o objetivo principal complementar educação formal oferecida as populações rurais, as quais eram insatisfatórias.

Desse modo, podemos relacionar o surgimento da Extensão Rural, como uma instituição informal de educação, visto que, no início dos anos 1950, as populações do campo vivenciavam condições desfavoráveis para o desenvolvimento socioeconômico da nação. Enfatizando a mesma colocação, Fonseca (1985) afirma que:

Extensão nada mais é que educação. O objetivo fundamental de qualquer organização educacional é ensinar as pessoas como pensar e não o que pensar. Assim sendo, a função da Extensão é ensinar as

famílias rurais a descobrir e determinar suas próprias necessidades, a fim de que possam encontrar a solução de seus próprios problemas, ajudando-as a adquirir conhecimentos e a agir no sentido de fazer uso adequado desses conhecimentos (FONSECA, 1985:12).

Perante o exposto, observa-se que Extensão Rural por meio de trabalhos desenvolvido junto a juventude do campo, possuía como principal interesse utilizar esse jovem como “ferramenta de trabalho” para o processo de difusão de novas tecnologias. Tendo em vista que, o jovem era considerado como segmento detentor de facilidade em aceitar novas ideias, se adequando ao processo de desenvolvimento proposto pelo sistema de modernização agrícola vigente no país.

Nessa conjuntura, Marin (2010) enfatiza que a escola rural se configura como a instituição fundamental para a educação e instrução de jovens rurais. No entanto, simultaneamente a escola convencional, haviam outros organismos voltados para o campo que auxiliaram para a educação de crianças, jovens e adultos, como por exemplo, as entidades de pesquisa agropecuária, instituições financeiras de apoio ao crédito e o serviço de Extensão Rural.

Corroborando com tal colocação, Queda, (apud Speyer, 1983) complementou que:

O movimento extensionista surgiu no Brasil como uma reação ao malogro da educação rural, tendo sido definido pelos seus idealizadores como um processo de educação extraescolar. Seu ponto de partida é a noção de comunidade rural, vista como uma organização social homogênea e não estratificada, sem conflitos internos de interesse. (SPEYER, 1983:101).

É importante salientar que os Clubes 4-S trabalhavam com uma proposta educacional, preocupando-se com a disciplina e o controle dos jovens rurais que estavam em processo de formação, portanto, pode ser considerada uma instituição informal de educação.

Silva (2002) expõe que o trabalho desenvolvido com a juventude rural dentro dos Clubes 4-S estava diretamente associado às práticas disciplinares. Para o autor, sendo a disciplina uma técnica de controle do indivíduo, a Extensão Rural buscou empreender uma organização como forma de “controlar desde o corpo do agricultor até suas maneiras de lidar com a agricultura.” (SILVA, 2002:52). Desse modo, o discurso promovido pelo extensionismo buscou determinar práticas de controle destes indivíduos, objetivando, por meio da disciplina, formar um novo jovem.

Para Gomes (2013) a concepção de educação social promovida pelos Clubes 4-S reforçava a crítica à escola rural tradicional. As técnicas de formação proporcionadas para a juventude rural eram divulgadas pelos clubes como mais dinâmicas, pois seriam adaptadas à realidade dos moradores do campo. Nesse discurso, a educação tradicional se colocava em constante conflito com os modos vida dos habitantes do meio rural, pois desvalorizava a experiência de vida dos moradores do campo ao privilegiar um conteúdo urbano.

4.4. “Igrejinha, o começo de tudo”.

O primeiro Clube 4-S, no Brasil, surgiu a partir da inspiração do modelo norte-americano, no município de Rio-Pomba-MG, no ano de 1952, por iniciativa do engenheiro agrônomo Geraldo Luiz Ribeiro em parceria com a funcionária da ACAR-MG, Iracema Alves Garcia e com o auxílio da professora rural Nila Silva de Paula (SILVA, 2002; SOUZA, 2003; GOMES, 2013).

Ao discursar sobre o surgimento do Clube 4-S, o boletim informativo número 23 da EMATER-MG, no ano de 1977, esclarece que:

Nascia assim o Clube 4-S “São José”, inspirado nas quatro letras S do trevo-símbolo: Saber-adquirir conhecimentos úteis; Sentir-despertar os sentimentos nobres; Servir-trabalhar para a comunidade e para si mesmo; saúde-lutar pelo bem-estar individual e coletivo, para uma vida melhor (EMATER, 1977:3).

Na revista Extensão em Minas Gerais, de setembro de 1977, em uma publicação especial comemorativa dos 25 anos do Clube 4-S, relata de forma oficial, o início do trabalho com os clubes 4-S no Brasil, dizendo que isso ocorreu no dia 15 de julho de 1952, na cidade de Rio Pomba-MG, em uma comunidade rural chamada “Igrejinha”.

Os registros informam que, na ocasião do surgimento dos Clubes 4-S, a ACAR-MG era dirigida por Mr. Walter L. Grawford, que tinha como assessores Mr. Santiago D. Apodaca e Miss Aleta Mc Dowell, ambos com larga experiência de trabalho com os Clubes 4-H nos Estados Unidos (EMATER-MG, 1997). Porém, não foi possível compreender se o início do Clube se deve ao fato de que os primeiros dirigentes da ACAR terem sido americanos e possuir uma larga experiência com o trabalho com jovens rurais ou se foi uma iniciativa da técnica de campo.

Os registros apontam que o primeiro Clube 4-S do Brasil, foi denominado Clube 4-S “São José” e:

Nila Silva de Paula, uma professora modesta e líder local, aceitando a sugestão dos extensionistas da ACAR de Rio Pomba, Geraldo Luiz Ribeiro e Iracema Alves Garcia, reuniram seus alunos da Escola Rural Cel. Cláudio Gomes. O primeiro trabalho em grupo: plantaram uma árvore no pátio da escola. Logo nos primeiros meses, o clube promoveu diversas campanhas, que levaram as famílias da Igrejinha a comprar filtros, tratar as verminoses, cultivar hortas, instalar fossas, combater a formiga. Vieram alguns cursos práticos: de pedreiro, parteira e outros. O clube cresceu. Começaram os financiamentos para projetos de formação de pomares, plantio de café, avicultura. Em outros estados chegavam também os Clubes 4-S. Hoje, ao completar 25 anos de existência Minas têm 800 clubes, com 20 mil associados (EMATER, 1977:3).

Dona Nila, a professora rural da comunidade de Igrejinha, é considerada a pioneira no trabalho com a juventude rural em Minas Gerais. Antes mesmo da implantação e consolidação dos Clubes 4-S no Brasil, vimos que Dona Nila, em seu papel de educadora, e como membro da comunidade, era persistente no trabalho de educação e formação de seus alunos, buscando prepara-los para ser, no futuro, exemplo de jovens disciplinados, que valorizassem o trabalho, a família, e o progresso da nação.

Na Figura a seguir, temos a fotografia da comunidade de Igrejinha, no município de Rio Pomba-MG, onde o trabalho com a juventude rural em torno do Clube 4-S teve

início no
Brasil. Na foto
merece
destaque a
seguinte
mensagem:
“Comunidade
de Igrejinha:
Aqui a
EMATER



iniciou um trabalho pioneiro com a Juventude Rural”.

Figura 9: Cartaz exposto no acervo da EMATER em Belo Horizonte, MG.

Fonte: EMATER-MG, Centro documental. Pesquisa, 2014.

De acordo com os registros da EMATER-MG, os primeiros jovens rurais a participar das atividades quatroessistas foram: Geraldo Homem do Amaral, Antônio Homem do Amaral e Maria Aparecida de Souza, sob a orientação técnica dos extensionistas Geraldo Luiz Ribeiro e Iracema Alves de Castro. Os Clubes 4-S eram formados por meninos e meninas, de idade entre 10 e 24⁷ anos, e sua administração era responsabilidade dos próprios jovens integrantes do clube, como forma de apresentarem-lhe os conceitos de cidadania e liderança. Cada clube era formado por: um presidente, um vice-presidente, um secretário e um tesoureiro, mediante eleição organizada pelos jovens, como “modo de inserir os jovens em um processo democrático”, conforme esclarecem os extensionistas.

No tocante a quantidade de jovens reunida em um determinado clube, a orientação dos extensionistas era que tivessem em média 20 jovens/crianças por clube. De acordo com os depoimentos dos entrevistados, esse número era desejável para não sobrecarregar os técnicos e supervisores. As reuniões ocorriam uma vez por semana, sempre com a presença de um supervisor agrícola e uma supervisora social, que tiravam dúvidas sobre as atividades desenvolvidas pelos jovens.

Os jovens realizavam trabalhos chamados de “projetos individuais” ou “projetos específicos”, os quais poderiam ser direcionados para a agricultura, pecuária ou economia

⁷Sobre a faixa etária para participação do Clube 4-S, não foi encontrada, em nenhuma das fontes pesquisadas, uma idade padrão. Segundo as fontes quais tivemos acesso, nota-se que a idade média dos meninos e meninas variava entre 10 e 24 anos, no entanto, não existia uma idade mínima e máxima para participar do Clube.

doméstica, também chamados de “do lar”, e eram realizados na propriedade de cada jovem. Os sócios⁸ eram orientados pelos supervisores, que uma vez por semana iam até a propriedade para tirar dúvidas e aconselhar sobre suas atividades.

Na maioria dos casos, os meninos desenvolviam trabalhos com lavoura de milho, batata, feijão, cebola, suinocultura, avicultura, gado de corte e de leite. Já as meninas, desenvolviam projetos ligados a higiene e saúde da família, decoração do lar, horta doméstica, melhor conservação e aproveitamento dos alimentos, corte e costura e artesanato.

No que se refere aos objetivos a serem alcançados pelos extensionistas da ACAR-MG, um documento de 1974 informa que fazia parte das atribuições dos extensionistas fornecer a assistência necessária para que a população rural conseguisse alcançar uma melhoria significativa em seu modo de vida, elevando o nível de bem-estar social de toda família. De acordo com o documento da ACAR-MG, os objetivos a serem alcançados no trabalho com as comunidades rurais eram:

- A) Quanto à alimentação: Contribuir para a melhoria, quantitativa e qualitativa, do consumo alimentar da população, através de produção e aproveitamento racional de alimentos, visando o balanceamento nutricional pela diminuição das carências evidenciadas.
- B) Quanto à saúde: Contribuir para a formação da infraestrutura sanitária, controle das doenças de massa e educação para a saúde, com vistas a redução dos índices de mortalidade e morbidade da população.
- C) Quanto à educação: Participar do trabalho da capacitação da comunidade, tanto nos aspectos sistemáticos, quanto nos assistemáticos da educação, objetivando contribuir para que a própria comunidade assuma responsabilidade no processo de seu desenvolvimento (ACAR-MG, 1974:4).

Assim, percebe-se certa conexão entre esses objetivos e o que foi preconizado como objetivos dos Clubes 4-S. De acordo com Gomes (2013), os 4-S's significavam: Saber, Sentir, Saúde e Servir. A palavra Saber significava o desenvolvimento para adquirir novos conhecimentos que pudessem buscar a solução para os problemas das famílias e também da comunidade. Sentir denotava os sentimentos de lealdade e amizade, que deveriam ser colocados em prática dentro do Clube, da família e da comunidade. Saúde se referia ao cuidado ideal para manter o bom funcionamento da mente e do corpo,

⁸Ao fazer parte do Clube, os jovens passaram a ser chamados de sócios.

proporcionando deste modo condições física e mental dos indivíduos para que fossem capazes de realizar um bom trabalho. Servir representava a dedicação com que os jovens quatroessistas deveriam servir a Deus, à Pátria, à família, e à comunidade.

Em 1960, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR determinou que o dia 15 de julho fosse o dia nacional de Clubes 4-S, como forma de homenagear o Clube São José. Como forma de transmitir informações acerca das atividades desenvolvidas pelos Clubes, no ano de 1957 foi criado o jornal “O TREVO”, reconhecido como órgão oficial de informação dos Clubes 4-S em Minas Gerais, e sob responsabilidade do Serviço de Extensão da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, em Viçosa (EMATER-MG, 1977).

A partir de 1958, os Clubes 4-S e sua filosofia se expandiram para vários estados brasileiros, sendo implantados nos Estados do Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em seguida também foram criados Clubes no estado de Pernambuco, Bahia, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Em todos os Estados brasileiros, o trevo de quatro folhas foi adotado como símbolo oficial.

De acordo com depoimentos e registros, para iniciar o trabalho com o Clube, como primeiro passo, os extensionistas tinham que avaliar o modo de vida na comunidade e quais as atividades poderiam ser desenvolvidas com os jovens. As equipes da ACAR-MG se deslocavam até as comunidades, e de acordo com as características sociais e econômicas das famílias, começavam a traçar um projeto para aquela determinada comunidade. Desse modo, após localizarem as comunidades, os extensionistas visitavam as famílias, explicavam como funcionaria o trabalho, e procuravam reunir o maior número de jovens possível para a apresentação dos projetos, explicando o que era o Clube 4-S e quais eram seus objetivos. Em entrevista direta com um extensionista que trabalhou durante todo o período de vigência dos Clubes 4-S, ele explica quais eram os procedimentos necessários para o início das atividades com os jovens:

Você começava a ver o que essa comunidade tinha e aí você começava a pensar as ferramentas que você precisava, os grupos de senhoras, os grupos de homens, e também os grupos de jovens. Daí partiu, então, para a criação dos clubes 4-S, que tinha sua função toda voltada para a região onde eles estavam, onde eles viviam, com os problemas que eles tinham, que os seus pais tinha, que as suas mãe tinham, e era dentro desse panorama que se montava o clube. Tinha uma diretoria votada por eles, a gente sempre pegava alguém da comunidade, pai, mãe, irmão mais velho, para acompanhar aquilo, que a gente chamava de líder, líder do clube. Então, aí que você começava o trabalho com esses meninos.

É, os motivava a discutir com os pais, com as mães projetos que eles iriam desenvolver. A única exigência é que esses projetos fossem voltados pras atividades que eles tinham lá. Então a partir disso a gente ia conhecendo essas comunidades, isso então nos dava condição de conhecer aquelas comunidades todas e começar fazer um relacionamento muito próximo com os produtores, eles acabavam fazendo amizade com a gente, passavam a gostar da gente (ENTREVISTA 02, 2014).

De acordo com o depoimento acima, entende-se que o trabalho com a juventude rural teve origem porque em algumas comunidades rurais, era grande o número de jovens, o que fez com que a Extensão Rural voltasse seu olhar para essa categoria. No entanto, o mesmo extensionista relata algumas das dificuldades vivenciadas no início do trabalho, entre as quais se encontra o difícil acesso as comunidades, devido as longas distâncias percorridas para se chegar até as famílias e a escassez de funcionários capacitados para o trabalho.

Eu trabalhei com clube 4-S em Mar de Espanha, e depois trabalhei na região de Uberlândia, mas como regional, assistindo o trabalho lá. Em média eram 20 jovens por clubes, por que não tinha jeito de ser mais que isso, né, por que você tinha outras atividades. O jovem era uma das ferramentas utilizadas, agora você tinha produtor pra assistir, as donas de casas, o trabalho era sempre com um agrônomo ou um veterinário, um técnico agrícola, e uma 'bem estar social', que a gente chama, que podia ser uma economista doméstica, ou uma enfermeira, naquela época não tinha os cursos que tem hoje, né. Então você tinha que... Imagina você, uma equipe, você e um técnico num município de 2.000 km quadrados, quer dizer, difícil né, vai aqui, vai ali, então. Só tinha um dia que a gente ficava na cidade, geralmente segunda-feira, o restante era todo no campo, e naquela época trabalhávamos no sábado né (ENTREVISTA, EXTENSIONISTA 02, 2014).

Pelo exposto percebe-se que existia toda uma rotina de trabalho a ser cumprida com os jovens e que para alcançar os objetivos junto a eles era necessário conhecer bem a comunidade rural, seus obstáculos e potencialidades, e buscar apoio dos moradores e lideranças locais. Nota-se também que, no período de implantação dos Clubes 4-S, não existiam outras instituições que desenvolvessem um trabalho diretamente com os jovens do meio rural brasileiro, o que dificultava ainda mais o acesso a esses jovens.

Dessa forma, percebe-se que os extensionistas rurais serviam como os únicos agentes que estariam aptos a desenvolver um trabalho com os jovens dentro das comunidades. Sobre os aspectos da educação no meio rural mineiro, em entrevista, a extensionista 1 relembra que o ensino no meio rural era precário e que os jovens eram

afetados pelo despreparo dos profissionais da educação, bem como, por outros aspectos negativos da escola rural. Por conta disso, muitas vezes, o extensionista assumia o papel de educador junto aos jovens.

Esse trabalho de educação nós fizemos muito, porque as professoras rurais que não tinham nenhum treinamento, o ensino no meio rural era uma coisa terrível. A EMATER chegou a ter até uma técnica, uma pedagoga aqui no escritório central, que orientava a parte de educação, até que a Secretaria da Educação foi crescendo e melhorando. Mas a EMATER sempre dava muito treinamento pra professoras rurais (ENTREVISTA, EXTENSIONISTA 01, 2014).

Percebe-se também, que outra instituição que teve um papel fundamental para o desenvolvimento do trabalho dentro do Clube 4-S foi a Igreja, sobretudo a católica, pelo fato, de naquela época, década de 1950, ainda ser maioria nas comunidades rurais. Através do Padre conseguia-se reunir um grande número de pessoas, em razão da confiança e da forte devoção religiosa por parte das populações rurais. Desse modo, o apoio da Igreja foi muito importante para o desenvolvimento do trabalho extensionista nas comunidades rurais, como fica evidenciado na seguinte fala do Entrevistado 02:

Nesse trabalho, e no trabalho de extensão de modo geral, a Igreja, principalmente nas pequenas cidades, foi uma ajuda muito boa. Lá em Piquiri, um município do lado de Mar de Espanha, por exemplo, tinha um Padre que atendia uma das comunidades que a gente trabalhava. Ele ia domingo sim, domingo não, para rezar a missa lá. Padre João, com esse Padre tivemos uma ajuda muito grande, fora de série. Estávamos levando a ACAR para Piquiri, onde não tinha. Não só Padre, mas os Pastores, naquela época eram menos os protestantes né, mas também ajudavam muito, quer dizer, eles viam do que se tratava e ajudava. (ENTREVISTA, EXTENSIONISTA 02, 2014).

No trecho do depoimento transcrito, evidencia-se que se os extensionistas tivessem o apoio do padre local, o trabalho seria visto com maior credibilidade, principalmente no caso dos Clubes 4-S, que eram uma novidade, poderia haver por parte da família certa desconfiança, tornando mais difícil o trabalho dos extensionistas. Desse modo, percebe-se que o trabalho desenvolvido pelo Serviço de Extensão contava com o apoio de outros organismos ligados diretamente as comunidades, o que contribuía para adquirir maior respaldo junto aos moradores, os quais começavam a ver com bons olhos o trabalho da Extensão Rural na localidade.

Sobre esse aspecto, o entrevistado 2 relembra também o grande apoio que a ACAR/EMATER-MG obteve junto aos órgãos municipais, como prefeitura, secretarias

e sindicatos. O extensionista destaca também, que o bom desempenho do trabalho realizado com a juventude rural, colaborou para influenciar em melhorias para a população do campo, como transparece na seguinte fala:

Um dos trabalhos que nós fazíamos também era esse, buscar apoio, inicialmente até das prefeituras. As prefeituras colaboravam muito com os Clubes 4-S e até hoje tem prefeitura que cobra, sabe. A pouco tempo mesmo, uma prefeitura me ligou perguntando porque que não tem mais o trabalho do Clube 4-S. Então muitos prefeitos, entidades, secretarias, sabe, Secretarias de Educação, de Saúde, colaboravam muito. Eu acho que muito do trabalho que a Secretaria da Educação também foi fazendo, foi depois dessa experiência da EMATER, da ACAR com as professoras rurais (ENTREVISTA, EXTENSIONISTA 02, 2014).

Pode-se observar, nas descrições, que o trabalho desenvolvido pelos extensionistas junto aos jovens, era marcado pela separação por gênero. Os meninos eram sempre atendidos pelo Supervisor Agrícola quase sempre um engenheiro agrônomo ou veterinário e as meninas pela supervisora social, que poderia ser uma economista doméstica, uma professora, ou até mesmo uma enfermeira. O trabalho com os sócios do Clube 4-S era sempre realizado de forma separada da assistência técnica oferecida aos pais dos jovens. Percebemos que havia a preocupação de que as reuniões dos clubes fossem sempre realizadas antes do atendimento aos adultos. Para os extensionistas, essa atitude teria o intuito de que os pais pudessem ver os resultados obtidos pelos filhos e que, em seguida, pudessem compara-los com os resultados obtidos fora dos projetos do Clube 4-S.

Nesse sentido, tudo indica que o objetivo era que, após os pais perceberem os avanços obtidos pelos filhos, passassem a adotar as mesmas práticas utilizadas pelos jovens. Sobre esse aspecto, o entrevistado 2, relata que um dos pilares do trabalho 4-S era fazer com que os jovens adotassem todas as orientações recebidas pelas equipes da ACAR/EMATER. Ao fim do trabalho, os pais ficavam fascinados com os resultados do trabalho obtidos pelos filhos, e passariam a adotar as mesmas técnicas utilizadas pelos jovens, com o objetivo de alcançar os mesmos rendimentos. Essa seria a “base” do trabalho e da filosofia quatroessista no Brasil. Sobre essa questão, o depoente 2 expõe que:

Eles tinham lá um pedaço de terra, e eles eram obrigados a usar lá uma tecnologia diferente, diferente da que o pai usava, a não ser que o pai usasse uma boa tecnologia. Mas quase sempre produzia mais que o pai, então o pai via aquilo, e falava 'nossa!'. Então era uma forma de fazer

chegar esse conhecimento aos produtores rurais de modo geral (ENTREVISTA, EXTENSIONISTA 02, 2014).

Em relação às características dos trabalhos desenvolvidos pelos jovens, vimos que os meninos, na maioria das vezes desenvolviam projetos relacionados a agricultura e pecuária, por exemplo: criação de gado de corte e de leite, suinocultura, avicultura, piscicultura e lavouras. Já as meninas eram orientadas a realizar trabalhos na área considerada pela extensão rural como de “Bem estar social”. Assim, os trabalhos realizados com as meninas eram sobre: corte e costura, higiene, nutrição, decoração do lar e culinária.

No entanto, nota-se que com o passar dos anos, as meninas passaram a desempenhar funções relacionadas à agricultura, a partir do cultivo de hortas, visando a melhoria da saúde familiar por meio de uma alimentação saudável.

Foi encontrado no acervo sobre os Clubes 4-S, o material de apoio utilizado para diferentes atividades com os jovens, conforme as Figuras a seguir.



Figura 10: Cartilhas para projetos específicos de Clube 4-S

Fonte: EMATER-MG, Centro documental. Pesquisa, 2014.

O que se pode ver é que todo o trabalho desenvolvido pelo Clube 4-S envolvia especificamente meninos ou meninas, mas era voltado para os pais. No entanto, apesar de ser possível observar em todas as fontes consultadas a divisão explícita do trabalho feminino e masculino, não foi possível encontrar registros ou documentação que estabelecesse, de forma oficial e explícita, essa divisão por gênero como regra de conduta dentro do Clube 4-S. Na Figura a seguir, temos as fotografias de meninas participando de aulas práticas de culinária e costura.



Figura 11: Meninas 4-S durante aulas de demonstração de culinária e corte e costura. Fonte: EMATER-MG, Centro documental. Pesquisa, 2014.

Percebe-se que o Clube 4-S também se configurou como uma estratégia de lazer para os jovens do campo. Após terem desenvolvidos seus projetos individuais, os jovens quatroessistas tinham a oportunidade de expor o resultado final de seu trabalho, que poderiam ser por meio de feiras locais e regionais, exposições e concursos. Esses eventos eram realizados em praticamente todos os municípios que abrangiam o trabalho com a juventude rural, e os vencedores de concursos eram premiados com bolsas de estudo, intercâmbios e máquinas agrícolas. Os jovens também tinham a oportunidade de conhecer outros locais mediante eventos realizados pelo clube, como por exemplo, as convenções estaduais e nacionais, ocorridas anualmente, seminários e congressos internacionais.

O entrevistado 03 nos relatou um acontecimento que contribui para nosso debate sobre o lazer dentro dos Clubes, que foi uma excursão realizada pelos jovens do Clube 4-S “Aliciano”, do município de Cajuri-Mg.

Em 1985 foi o Ano Internacional da Juventude. Naquela ocasião nós conseguimos o patrocínio da loteria de Minas pra uma excursão com os jovens para a cidade de Ouro Preto, onde foi pago tudo. Acredito que isso ocorreu porque justificávamos o que era o clube 4-S, qual a proposta do trabalho, qual que era o objetivo, e naquela ocasião, na comunidade em que eu trabalhava, tinha só até a 8 série. Então, para eles a viagem foi uma verdadeira aula de história, porque tinha pessoas lá que nunca tinham ido a Ouro Preto, mal conheciam Viçosa (ENTREVISTA, 03, 2014).

As principais datas comemorativas para os jovens dos Clubes 4-S eram o Dia Nacional dos Clubes 4-S, que comemorado todo dia 15 de julho, e o seminário da juventude rural, o qual acontecia todos os anos, e reunia os jovens participantes do Clube 4-S de todo os Estado de Minas, no município de Belo Horizonte MG.

A Figura a seguir retrata os jovens mineiros durante o seminário da Juventude Rural organizado e realizado pela EMATER-MG em parceria com a Secretaria da Agricultura do Estado.



Figura 12: Jovens do Clube 4-S durante a Semana da Juventude Rural.

Fonte: EMATER-MG, Centro documental. Pesquisa, 2014.

As formas de relacionamento dos jovens dos Clubes 4-S com a comunidade rural também se configuraram como forma de lazer para as famílias rurais. Sobre a falta de opções de entretenimento para os habitantes do meio rural, o entrevistado 2 revela que:

Naquela época, 1960, 1963, você só tinha rádio, e, mesmo assim, pegava mal, não tinha luz elétrica, era tudo na lamparina. A AIA deixava aí pra gente uns aparelhos para cinema. Eu não me lembro o total, só sei que lá na região nós tínhamos dois, com motor a gasolina, aquele negócio todo. Então a gente levava, passava filmes, então o pessoal, não conhecia aquilo, filme assim, quase todos eles americanos, porque não era, produzidos aqui, e eles adoravam. Eu me lembro que as vezes a gente saía, o filme você só podia passar a noite, então você marca para as sete horas da noite, lá em uma comunidade daquela, e punha aquele motor, um monte de fio, porque tinha que ficar longe da luz né, e quando você chegava lá tinha lá 200, 300 pessoas né, quer dizer, então essas coisas faziam com que o pessoal adorasse a gente (ENTREVISTA, 02, 2014).

No tocante ao relacionamento com as famílias, a entrevistada 03 esclarece que em todo o seu tempo de trabalho com a juventude, a família sempre concedeu todo respaldo necessário para o desenvolvimento do trabalho. Segundo a depoente, os pais acompanhavam quando possível, permitiam a realização de reuniões em suas residências e procuravam sempre colaborar com o que fosse necessário, no sentido de apoiar todas as etapas do trabalho dos filhos. A entrevistada destacou também que a ACAR/EMATER-

MG sempre foi detentora de um prestígio muito grande no meio rural mineiro e que as famílias depositavam toda confiança e credibilidade no trabalho da instituição.

Na análise de Gomes (2013:88), a juventude rural organizada em torno dos Clubes 4-S se configurou em “símbolo de modernização”, pois para a Extensão Rural a juventude seria mais susceptível e receptiva às mudanças. Desenvolvendo atividades na agricultura, pecuária, vestuário, alimentação e saúde. O jovem quatroessista era identificado como um grupo capaz de transformar a vida no meio rural, fazendo dele um espaço moderno e melhor para se viver.

Já por sua vez, Silva (2002) entende que o trabalho do Clube 4-S tinha como objetivo principal, erradicar a “indisciplina e o atraso” no campo, idealizando a construção de um modelo de jovem que fosse capaz de produzir muito mais que seus pais, e fazer de seu Estado e país um bom lugar para viver, investir e plantar.

No que se refere aos recursos financeiros, foi identificado que o Clube 4-S contou com o apoio de diversas empresas privadas, além da colaboração dos governos estaduais e municipais. Entre as empresas que promoviam ações de apoio para o Clube 4-S, se destaca a Agrocere, que, por meio de seu presidente e fundador, o Sr. Secundino São José, desenvolveu várias ações de apoio e incentivo aos Clubes.

A empresa Agrocere forneceu por muito tempo, as sementes de milho híbrido necessárias para que os jovens iniciassem os seus projetos individuais de lavoura. Segundo a entrevistada 01, os empresários visitavam os clubes, acompanhavam, e se interessavam bastante pelas atividades que estavam sendo desenvolvidas pelos jovens, além de que, vários dirigentes de grandes empresas participavam de reuniões com os extensionistas para discutir sobre as necessidades e os problemas vivenciados pelas famílias rurais.

Com o objetivo de apoiar o trabalho do Clube 4-S, foi fundado o Conselho Nacional de Clube 4-S (CNC 4-S), com a finalidade de gerenciar e aplicar os recursos financeiros destinados aos Clubes, visando aumentar as oportunidades e oferecer aos jovens cursos, intercâmbios, bolsas de estudo e várias outras formas de apoio ao que era denominado “segmento social”.

Desse modo, nota-se que embora a situação socioeconômica das famílias dos jovens pudesse estar associada a uma melhora significativa após o trabalho da extensão rural, sobretudo, com a abordagem quatroessista, pode-se dizer que grande parte do

trabalho realizado com os jovens, de certa forma, os instigou a deixar o meio rural e a buscar meios para estudar, sendo que, naquele período não existiam escolas de segundo grau no campo, o que exigia que os jovens fossem para as cidades em busca de melhores perspectivas de educação e trabalho.

A edição n. 35 da revista “Extensão em Minas Gerais”, de março de 1982, registra a história de Walter Giarola, ex-sócio de clube 4-S, que posteriormente entrou para a EMATER-MG para desempenhar a função de extensionista. Walter participou do Clube 4-S na comunidade “Colônia do Marçal”, no município de São João Del Rei, no período de 1963 a 1965, onde atuou como secretário e presidente do clube. Em entrevista à publicação da EMATER-MG, Walter explica que ao fazer parte do clube, seus horizontes “começaram a se abrir”, de acordo com o seu depoimento:

Se a gente não estivesse conhecido o Clube 4-S e o extensionista da EMATER, teria ficado lá, 'socado', era enxadeiro, era trabalhar de empreita, não ia estudar, poderia até ser bem de vida, porque as vezes você nasce na roça e tem condições de crescer lá também, mas acho que os meus horizontes seriam bem menores. Eu não teria condições de estar na EMATER hoje, de ter estudado um pouquinho mais, tranquilamente não ia estudar, porque para estudar lá a gente tinha que andar dez quilômetros. (EMATER-MG, 1982:13)

Conforme se observa no depoimento acima, o trabalho da Extensão Rural com a juventude ocasionou em reflexões sobre as escolhas futuras dos jovens. Como se constata, as aspirações dos jovens rurais evidenciavam o interesse em se mudar para a cidade, que era vista pelos jovens como um lugar de oportunidades e de melhores condições de vida. Talvez essa preferência possa estar relacionada ao fato de que a decisão de ser ou não agricultor, não era unicamente uma decisão do jovem. Isto é, os filhos de agricultores de menor poder aquisitivo, permaneceriam no campo, pois os pais não teriam condições de envia-los para a cidade para poder estudar, e então trabalhariam como diarista, ou “empreiteiro”, enquanto que os que iriam cursar o ensino médio na cidade, já haviam optado por uma atividade não agrícola, e, dificilmente, voltaria a viver no campo.

Localizamos entre os documentos dos Clubes 4-S, a existência de um hino. A canção intitulada “Hino da Juventude Rural” foi criado e doado pela “EMONÁ PROPAGANDA aos CLUBES 4-S do BRASIL” Segundo anotações no verso do material (o qual se resume a apenas uma folha) a “marcha-hino” é de autoria de Luiz Lacerda e

Concessa Lacerda, e “é uma mensagem cívica em forma de canção”. A seguir temos a letra do hino.

“Vejam o sol que vem surgindo
Ouçam a nossa canção,
Somos a esperança jovem que plantamos
e canta o gesto de plantar!
Clubes 4-S do Brasil,
Jovens com vontade de Servir,
Nossa bandeira é o trevo da sorte,
Emblema do nosso sentir!
A boa terra espera da gente,
Saúde e trabalho com muito saber,
Cabeça erguida e olhado pra frente,
Faremos o Brasil crescer!
A Juventude Rural é semente
E a promessa que vamos cumprir,
Vamos todos em paz, vamos dar a mão,
Pois nós plantamos o progresso da nação,
Vamos todos em paz, sob o céu de anil,
Pois nós queremos a grandeza do Brasil!
Clubes 4-S do Brasil,
Clubes 4-S do Brasil...”

Fonte: EMATER-MG, Pesquisa documental, 2014.

Dentro da metodologia do Clube 4-S, foi evidenciado no material documental consultado que havia uma busca constante pela disciplina, pela formação moral e cívica dos jovens, apontando para a construção de um sujeito que deveria ser capaz de “integrar a sociedade de forma civilizada”. Os extensionistas consideravam que seriam necessárias novas formas de se comportar, de vestir, falar para se viver em uma sociedade que se transformava. Nesse conjunto de mudanças induzidas, o jovem deveria ser capaz de acessar a tecnologia e procurar introduzi-la no meio rural. Ao mesmo tempo, valorizavam-se as “qualidades da vida no campo” e motivava-se a busca do “melhor para sua comunidade com um todo”.

A documentação e os depoimentos registravam que havia grande admiração por parte dos jovens rurais em relação aos extensionistas que trabalhavam com o Clube 4-S. Na edição n. 23 da revista “Extensão em Minas Gerais”, de setembro de 1977, a página

6, na reportagem intitulada “o sonho da menina de Viçosa”, traz essa ideia quando uma entrevistada, Maria do Carmo Fontes, ex-integrante do Clube 4-S e extensionista da EMATER-MG, apresenta sua experiência com os 4-S. Trabalhando, na época, no município de Ponte Nova- MG, ela era orientadora de 08 clubes 4-S, com um total de 160 jovens rurais. Sua experiência começou como sócia do Clube 4-S “Boa esperança”, na comunidade de “Itagassu”, município de Viçosa-MG.

Todo o meu trabalho está voltado para a juventude. Sempre tive mais acesso junto aos jovens rurais. Talvez pelo meu entusiasmo e pelas minhas experiências como quatroessista. Minha experiência de vida de sócia de clube 4-S para a vida profissional é muito grande. Às vezes tenho que trabalhar aos domingos, feriados e dias santos, mesmo que não esteja muito disposta. Mas aí me lembro da importância que dávamos quando os supervisores estavam presentes às reuniões e festas que fazíamos. Lembro-me também da nossa decepção quando não compareciam. Então não deixo de ir. Vou como se estivesse indo para uma festa. (REVISTA EXTENSAO EM MINAS GERAIS, 1977:6).

A jovem quatroessista Maria do Carmo, ao participar de uma convenção de Clube 4-S em Viçosa (não foi possível identificar o ano), com a apresentação de seu experimento caseiro, foi classificada como campeã do evento. Como premiação de sua classificação em primeiro lugar, ganhou uma bolsa de estudo para cursar Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa.

Nessa época, as bolsas de estudo eram a forma de premiação concedida, independente da idade do jovem, ou da série que estivesse cursando. Desse modo, o jovem poderia fazer uso da bolsa de estudos após muitos anos. De acordo com o depoimento de Maria do Carmo publicado na revista, na época em que ela foi premiada com a bolsa de estudos, ela estava no meio rural e não estava estudando, pois havia terminado o quarto ano primário, e, no meio rural não havia mais como dar prosseguimento aos estudos. No entanto, após ser premiada com a bolsa, Maria do Carmo foi para a cidade para dar continuidade nos estudos, cursando o chamado “curso ginásial”. Portanto, de acordo com os relatos da depoente: “considero que foi o clube que me fez estudar”. Para a jovem Maria do Carmo:

O clube 4-S influenciou muito não só a minha pessoa, mas toda a família. Os meus irmãos mais velhos só estudaram até o 4 ano primário. Os mais novos, que pertenceram ao Clube 4-S, continuaram seus estudos. Não que a gente tivesse melhorado a nossa condição de vida, economicamente. A situação era a mesma, mas nós já tínhamos uma abertura maior (EXTENSAO EM MINAS GERAIS, 1977: 7).

No ano de 1982, no município de Passos-MG, a comunidade rural “Mumbuca” onde a EMATER-MG realizou um trabalho com a comunidade, em depoimento a Revista “Extensão em Minas Gerais”, em matéria intitulada “Braços orientados” a entrevistada Zilda, dona de casa e mãe de sócios do Clube 4-S, relata que:

Quando a EMATER começou no nosso meio, a gente ficava com muita vergonha, e depois, por fim, era como se eles fossem gente da minha família. A família melhorou muito, a gente só tinha aqui a casa pra morar e a terra. Não tinha mais nada. E depois veio o financiamento pros tratores. Primeiro foi do gado de leite. O Rubens, meu filho, um dia falou pro Mário, pai dele: 'Se o senhor não financiar um trator, eu vou embora daqui'. E eu não conformava de vê um filho sair pra longe de mim pra ganhar a vida fora daqui, sendo que a gente tem um torrãozinho de terra aqui pra ficar em cima dele. Então, o pai dele não queria financiar, tinha medo, porque você sabe a gente não pode brincar com o banco. É muito perigoso, a gente tinha medo de vencer uma prestação e não ter dinheiro pra pagar. E graças a Deus, o Toninho da Emater chegou aqui, e a gente clamou pra ele: 'Toninho, orienta aí pra vê como que a gente pode fazer'. Então o Toninho falou: 'Olha, eu vou ver isso direitinho pra vocês'. E foi lá, olhou, e veio aqui e falou pro Mário: 'Seu Mário, o senhor pode entrar tranquilo, financiar o trator para o menino, que eu tenho certeza que vocês vão pagar'. Eu fiquei muito satisfeita quando o Toninho chegou aqui e falou. Aí no dia seguinte, o Mário foi a Passos e fez o financiamento, não teve dificuldade, só precisou de três abonadores por que a nossa terra era pouca. (EXTENSÃO EM MINAS GERAIS, 1982:34).

Nesse relato é possível verificar que a família era um dos alvos a ser alcançado mediante o trabalho com o jovem rural, o qual era considerado um indivíduo de visão mais “aberta”. Desse modo, nota-se o interesse em envolver os jovens na metodologia do Clube, para que assim, fosse possível chegar a toda família.

Desse modo, conforme a interpretação de Dona Zilda sobre o papel do jovem associado ao Clube 4-S, percebe-se que a participação dos jovens no trabalho desenvolvido pela Extensão Rural foi de grande importância. Apesar de haver certo receio inicial por parte dos pais, a necessidade de aumentar a produtividade e, por consequência, melhorar a renda e a qualidade de vida família, fez com que aqueles que eram resistentes a novas técnicas, em pouco tempo, se adequassem às novas formas de fazer agricultura, sobretudo no que se refere à mecanização rural e uso de outros insumos industriais.

A partir do aumento da mecanização agrícola em Minas Gerais, a EMATER-MG e o SENAR (Serviço Nacional de Formação Profissional Rural) realizaram um convênio

e passaram a oferecer cursos para a capacitação de mão de obra de jovens rurais. Eram oferecidos cursos de tratoristas, aplicadores de defensivos, irrigação de várzeas, entre outros.

Ao destacar os aspectos negativos existentes no meio rural, o entrevistado 02, explicitamente, chama a atenção para os aspectos que considera como negativos para o desenvolvimento das famílias rurais, entre os principais, “a falta de apoio do governo, baixa valorização social e falta de lazer para as famílias”.

Conforme o exposto, um dos grandes obstáculos vivenciados pelos jovens quatroessistas foi a falta de recursos para trabalhar, principalmente, a terra para produzir. Em relação ao chamado público-alvo do Clube 4-S, não havia nenhuma restrição em relação à condição socioeconômica do jovem. No entanto, vimos que, de certa forma, o Clube 4-S não era para os filhos de trabalhadores rurais, ou seja, para aqueles que não tinham terra. Ainda que implicitamente, o entrevistado 02, demonstra que o objetivo do clube 4-S não era chegar aos filhos de “empregados rurais”, os quais os pais não possuíam propriedades, e sim aos “filhos de proprietários rurais”.

O depoente destaca a importância das ações voltadas para a educação, pois o campo não oferecia aos jovens a possibilidade de continuar os estudos. Dessa forma, aqueles jovens que a família possuía condições financeiras, deixavam o campo e partiam para as cidades para prosseguir estudando, enquanto os jovens oriundos de famílias de não possuíam condições, ficavam no campo, a mercê das políticas públicas destinadas este público. Essa concepção fica clara na fala do extensionista, ao afirmar que:

Não tinha educação pra esses jovens lá, fez o primário acabou, então eles tinham que sair de lá, né? O que sobrava lá, em termos de jovens, eram filhos dos agregados, de empregados, que também faziam parte dos clubes 4-S, mas, a função não era essa, né? (ENTREVISTADO 2, ENTREVISTA, 2014).

Com base no depoimento acima transcrito, percebe-se que o Clube 4-S não era direcionado para os filhos de trabalhadores, assalariados ou “meeiros”, ou até mesmo para os “pequenos agricultores”. Observa-se que o jovem rural de baixo poder aquisitivo, enfrentava dificuldades para se associar ao Clube. Por exemplo, as atividades eram inadequadas para aquele jovem que necessitasse requerer o financiamento do crédito juvenil para desenvolver o seu projeto, seja de agricultura ou pecuária, principalmente por que eram exigidas garantias como avalistas e/ou propriedades. Nesse caso, nota-se a

semelhança dos Clubes 4-S com os demais serviços de Extensão Rural em toda sua esfera, pois, no caso do financiamento ofertado aos demais assistidos pela EMATER-MG, a exigência era a mesma, não era possível ter acesso ao crédito sem que houvesse garantias.

Tudo indica que o trabalho com os jovens contribuiu para a melhoria dos trabalhos da Extensão Rural, e, se justificava como sendo ações voltadas para a “qualidade de vida dos moradores do campo”, promovendo o acesso a serviços públicos. Como resultado dos objetivos, os registros apontam para o fato de que muitas famílias que necessitavam de reformar a residência e não tinham condições, procuravam apoio junto aos filhos, onde, a partir do trabalho dentro do Clube, adquiriram condições necessárias para a reforma na residência da família. (ENTREVISTA 1, 2014).

Na imagem a seguir, temos o exemplo de uma família que teve a casa reformada com os recursos do trabalho dos filhos dentro do Clube 4-S.



Figura 13: Residência reformada por jovens do Clube 4-S.

Fonte: Edição n. 23 da Revista “Extensão em Minas” de setembro de 1977.

Assim, o trabalho realizado com a juventude em torno do Clube 4-S resultou em várias alterações no meio rural mineiro, tanto na área econômica e agrícola quanto na social. Como se sabe, a partir do desenvolvimento do trabalho da Extensão Rural, sobretudo após o trabalho com o Clube 4-S, a população passou a se reunir mais, a organizar mutirões de trabalho, de reforma e construções de igreja, escola, posto de saúde e residências.

O ideário da modernização tecnológica apregoado pela Extensão foi potencializado com os resultados obtidos pelos jovens em seus projetos, que muitas vezes superavam as expectativas dos pais, que após ver o resultado daquele trabalho, viam no trabalho do Clube 4-S, uma oportunidade de melhorar a renda da família. Desse modo, os resultados são considerados positivos, pois o trabalho com os jovens garantia a credibilidade e a confiança da comunidade para com a EMATER-MG, fazendo aumentar o número de associados dos clubes.

Nas páginas dos informativos da EMATER-MG é possível perceber uma constante preocupação em evidenciar o trabalho realizado e o sucesso obtido pelos jovens junto ao Clube 4-S. Nesse sentido, nota-se que o interesse em tornar público o desenvolvimento da juventude rural, o que também permitia aproximar os agricultores e impressiona-los com a eficácia dos jovens após se associarem ao Clube.

Dessa forma, podemos entender as ações realizadas junto aos Clubes 4-S como uma tentativa de conter o êxodo rural e suas consequências para o campo brasileiro. Para os extensionistas entrevistados, aos supervisores do trabalho com a juventude rural era atribuída o papel de convencer o jovem a permanecer no campo, tentando fazê-lo entender que no meio urbano as dificuldades seriam ainda maiores que no campo. Na década de 1980, os documentos mostram que muitos agricultores estavam com dificuldades para acessar ao crédito rural, e que por essa razão, muitas famílias estariam migrando para as cidades em busca de melhores condições de trabalho, o que era motivo de preocupação para instituições, governos e pessoas diretamente envolvidas com os acontecimentos do meio rural.

Ao analisar a conjuntura política do período, é notório que a continuação do trabalho da Extensão Rural no Brasil só seria possível com o apoio de recursos financeiros oriundos do governo federal, o que não aconteceu nesta década dos anos 80. Sendo assim, o trabalho com a juventude rural, e também a própria ação extensionista como um todo, sofreu uma grande estagnação. Desse modo, de acordo com os entrevistados, não houve, por parte do poder público, nenhuma preocupação com os princípios humanitários no meio rural, sobretudo no que concerne aos pequenos produtores, dependentes de políticas públicas e do apoio do Estado.

Assim, ficou evidenciado que a ação extensionista, nessa época, não obteve, junto aos governos, o respaldo necessário para continuar a desenvolver o trabalho com os

jovens do meio rural. Os recursos financeiros que mantinham os Clubes 4-S no Brasil eram, em sua maioria, repassados pelo governo federal e administrados pela EMATER-MG. A partir dos anos de 1980, a instituição passou por várias dificuldades administrativas, sendo cortados os recursos que mantinham programas assistenciais, como o Clube 4-S. Em entrevista, a depoente 01 relembra esse contexto e o momento em que o trabalho com o Clube 4-S foi extinto em Minas Gerais:

É, olha, na época em que foi encerrado, o trabalho já estava ficando mais difícil, porque muitos clubes acabaram por causa do êxodo rural, sabe. Muitos jovens vieram pra cidade pra estudar. Foi uma época em que houve um êxodo muito grande no meio rural, famílias inteiras mudaram do meio rural, e então muitos clubes foram esvaziando, sabe, foi esvaziando. Muita liderança veio embora pra cidade (...) mudou a estratégia de trabalho, e a mim foi comunicado que nós não iríamos mais trabalhar com clubes 4-S. Eu fui transferida para outra atividade, e fui informada que nós não iríamos mais trabalhar com 4-S e que eu não desse mais assistência no meio rural. Então foi uma estratégia, eu não sei se foi um problema político, exatamente o que foi (ENTREVISTA 1, 2014).

Dessa forma, a extinção dos 4-S foi discutida, com um gosto amargo de fim de linha. O trabalho foi se enfraquecendo, em razão das mudanças maiores de esvaziamento de jovens do campo, além da falta de investimentos e de profissionais capacitados pra o trabalho com a juventude rural. O fim das atividades desenvolvidas pelo Clube 4-S no Brasil revela propósitos e uma trajetória pouco adaptativa, distinta dos Clubes 4-H's norte-americanos, mesmo que depois tenha havido a retomada de políticas para a Extensão Rural, como a PNATER⁹ de 2010. Desse modo, percebe-se que a extinção dos Clubes 4-S coincide com a desmobilização dos serviços de Extensão Rural que aconteceu na década de 1980.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo, foram descritos os trabalhos desenvolvidos nos EUA pelos Clubes 4-H do século XIX até o presente, e no Brasil pela EMATER-MG nos Clubes 4-S,

⁹ Entre os anos de 2003 a 2009 no governo do Presidente Lula houve um amplo debate sobre a criação de uma política de Extensão Rural voltada para agricultura familiar, culminando em janeiro de 2010 com a Lei 12.188 que deu origem a PNATER: Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

programa de Extensão Rural realizado junto aos jovens do campo de 1952 ao fim dos anos de 1980. A análise dessas trajetórias proporcionou relevantes contribuições para as reflexões sobre juventude rural nos aspectos operacionais de ações voltadas para a juventude. Dessa, objetivou-se colaborar com a ampliação dos estudos sobre juventude rural do século XX e ainda servir de auxílio para os estudos sobre a prática da educação informal e sobre a história da Extensão Rural no Brasil.

Quanto à experiência dos Clubes 4-H nos EUA, pode-se concluir que eles instituíram uma metodologia de trabalho que serviu de modelo para vários países, inclusive o Brasil. A proposta de “aprender fazendo”, o interesse de formar cidadãos líderes e de envolver as famílias por meio dos jovens inspirou iniciativas semelhantes em vários outros países.

No caso do Brasil, cabe ressaltar que, os extensionistas entrevistados apresentaram muitos aspectos positivos da atuação do Clube 4-S em Minas Gerais. Entretanto, os resultados gerais da pesquisa permitem trazer ao debate uma dimensão crítica sobre questões que envolvam o tema jovem e juventude rural como projeto educativo informal para promoção de mudanças. Assim, os relatos e documentos evidenciaram como as ações podem influenciar as relações entre pais e filhos nas famílias de comunidades rurais entre as décadas de 1950 a 1980.

Ficou evidente como o sentido das ações eram coroados de empenho e entusiasmo por parte dos extensionistas, mesmo que eles não expressem clareza sobre maiores consequências com as mudanças por eles induzidas.

Em realidade, pode-se dizer que, a partir da implantação do Clube 4-S no estado de Minas Gerais, nota-se que a juventude rural se constituiu com uma ferramenta eficaz para a difusão de tecnologias modernizantes. Os resultados obtidos nos projetos realizados pelos jovens sob a égide da Extensão Rural evidenciavam o quão estratégicas foram às formas de inserir novas tecnologias agrícolas no meio rural brasileiro. A atuação do trabalho extensionista junto aos jovens também fez com que a Extensão Rural adquirisse maior respaldo por parte da população rural como um todo.

A adoção dos pacotes tecnológicos e de novas maneiras de manipular a terra e a vida em família foi à alternativa justificada por discursos de garantia ao agricultor o aumento de produtividade, melhora na qualidade de vida da família e permanência no meio rural. Nesses propósitos, foi atribuída à juventude a condição de mediadora no

processo de transformação para uma modernização agrícola no campo em alterações da estrutura agrária. Ao passar a utilizar as novas tecnologias apresentadas e transmitindo-as para o restante da família, eles cumpriam papel complementar a outras mudanças sociais voltadas para um desenvolvimento adjetivado de “econômico e social”, “da família e da comunidade”. A expectativa era de que esse desenvolvimento só seria possível a partir da adoção de inovações tecnológicas.

A expressividade dos Clubes em Minas Gerais só se deu por ser um trabalho vinculado a Extensão Rural, responsável por promover o “progresso brasileiro”. A exemplo da filosofia inspiradora dos EUA, o trabalho junto à juventude rural era também justificado como projetos e ações sobre os jovens, com o objetivo de capacitar esses indivíduos para exercer, em sua plenitude, o posto de cidadão e agricultor do futuro.

Entre 1950 e 1980, período em que compreende este estudo, os jovens foram inseridos em um processo de modernização agrícola, em razão do modelo desenvolvimentista adotado no país. A metodologia utilizada pelos Clubes 4-S, importada dos EUA, colocava a juventude rural em processos de experimentação para a entrada de um modelo de progresso econômico e social no campo. Entretanto, nem tudo se desenvolveu com primor dentro do modelo metodológico extensionista aplicado no meio rural mineiro.

Foi possível perceber que, embora os resultados alcançados pela ACAR/EMATER-MG tenham contribuído de forma positiva para os jovens e suas famílias, em algumas comunidades, muitos foram os obstáculos encontrados para que os sócios dos Clubes 4-S pudessem atingir seus objetivos, pois, apesar de ser considerado um projeto de viés assistencial e sem nenhuma distinção de classes, o trabalho quatroessista revelou-se excludente daqueles que não tinham acesso a terra e aos financiamentos bancários.

A prática empregada pela Extensão para transformação dos hábitos dos agricultores, a partir da aquisição de insumos e maquinários agrícolas, culminou na exclusão dos agricultores mais pobres. Desse modo, apenas aqueles que tiveram condições de se inserir no padrão de adoção de técnicas e procedimentos modernos, conseguiram se desenvolver social e economicamente.

Os extensionistas, por meio do trabalho com o Clube 4-S, incentivavam a utilização de novas tecnologias de plantio, por meio do consumo de insumos industriais,

como adubos químicos e defensivos. Também incentivavam a aquisição de maquinários, como tratores e demais implementos agrícolas, que eram obtidos via adesão ao crédito rural, oferecidos por instituições financeiras. No entanto, eram exigidas garantias para aquisição do crédito, o que dificultava o acesso para os jovens que a família não possuía terras, ou outros bens para oferecer aos bancos como penhor. Desse modo, nota-se a existência de limites estruturais e de concepção social acerca de quais seriam esses jovens rurais. Esses limites evidenciam as restrições do trabalho com o jovem rural da época, mesmo que seu sentido fosse atribuído de forma genérica como dever de proporcionar o progresso para a família, a comunidade e o país.

Na visão dos extensionistas entrevistados, o Clube 4-S foi um trabalho brilhante, onde os resultados foram positivos não apenas no âmbito econômico, mas também no social, uma vez que, os clubes eram responsáveis por promover o lazer coletivo dos moradores da comunidade, proporcionando atividades de entretenimento, por meio de encontros entre lideranças, comunidades vizinhas, concursos e excursões. Para eles, a memória aponta também para várias mudanças positivas no modo de se alimentar, nos hábitos de saúde e higiene da população, além da adoção de novas técnicas que resultaram em avanços na agricultura e pecuária no Estado de Minas Gerais.

Após aproximadamente 25 anos da extinção dos clubes, nota-se que a Extensão Rural ainda procura demonstrar que esses resultados do trabalho desenvolvido nessa época foram muito positivos. No entanto, atualmente, alguns extensionistas já reconhecem que, embora tenha obtido sucesso com o trabalho desempenhado junto aos jovens, não foi possível que todos se adequassem às exigências do modo de produção capitalista imposto ao meio rural.

O principal objetivo do trabalho extensionista realizado com a juventude rural não se fundamentam exclusivamente em impedir o êxodo rural. As ações da Extensão Rural visavam à formação de um novo indivíduo, um novo “produtor” que fosse capaz de “elevar a produtividade na agricultura”, proporcionar o “crescimento social da comunidade” e estar sempre preparado para “cumprir os deveres de cidadão brasileiro”. A ação de formação de líderes da modernização evidencia um sentido político da ação interventiva da Extensão: formar indivíduos capazes de conduzir as mudanças modernizantes que os agentes da Extensão julgassem como as mais pertinentes e necessárias.

Pelo exposto acima, concluímos que a ação do Clube 4-S participou das grandes mudanças no meio rural, no entanto, essas transformações não alcançaram a todos os jovens e a todas as famílias, o que resultou um processo de exclusão de vários jovens. Tudo indica que grande parte dos jovens que não conseguiram se inserir no processo de modernização imposta pelo extensionismo e viram-se excluídos da “revolução verde” que ocorria no meio rural. Entretanto, ficou instituída no campo a metodologia utilizada pela Extensão Rural através dos Clubes 4-S. As desigualdades no campo marcaram o processo como excludente e seletivo, e aqueles jovens que não tinham terra e nem conseguiam investir ou permanecer na atividade rural, não foram contemplados.

Assim, os Clubes 4-S podem representar uma experiência de ação institucional com a juventude que desafia a necessidade de melhor definição do significado social dos jovens para além da delimitação por faixa etária ou do local de residência, se rural ou urbano. O que o jovem significa para a sociedade na qual ele cresce e desenvolve? Sua condição de sustentabilidade ou de necessidade de mudança. Mas qual mudança se faz necessária? Aquela a ser definida e construída com ele e que envolve valores, habilidades para uso dos recursos e possibilidade de exercício de direitos, que no caso dos jovens do campo, no Brasil, indelevelmente significa, primeiro, direito de acesso a terra.

6. REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores (as) de campo. Cadernos Cedes, vol. 27, n. 72, p. 157-176, Campinas, maio/agosto, 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 02/09/2014.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. Campo território: Revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 123-151, agosto/2006.

BECHARA, Miguel. **Extensão agrícola**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Departamento de Produção Vegetal, 1954.

CALDART, Roseli Salete. **Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção**. In: KOLLING, Jorge Edgar; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: 2002.

CASTILHOS et al.. A indústria de máquinas e implementos agrícolas no RS: notas sobre a configuração recente. Revista Ensaios FEE, v. 29, n.2, Porto Alegre: 2008. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2185>. Acesso em: 22/01/2015.

CAPORAL, Francisco Roberto. A Extensão Rural e os limites a prática do extensionismo do serviço público. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria: 1991.

DELGADO, Guilherme. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. Revista Estudos avançados, vol.15, n.43, p. 157, 2001.

DIAS, Marcelo Miná. **Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades.** Revista Perspectivas em Políticas Públicas, v.1, n.1, junho/dezembro. 2008.

ERTHAL, Rui. **Os complexos Agroindustriais no Brasil** - seu papel na economia e na organização do espaço. Revista geo-paisagem. Ano 5, nº 9, Janeiro/Junho de 2006.

FONSECA, Maria. Teresa. Lousa. **A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital.** São Paulo: Loyola, 1985.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FARJADO, Sérgio. Complexo agroindustrial, modernização da agricultura e participação das cooperativas agropecuárias no estado do Paraná. Revista Caminhos de Geografia, v. 9, n. 27 p.31-44, setembro/2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Leonardo Ribeiro. “Progredir Sempre. Os jovens rurais mineiros nos clubes 4-S: Saber, Sentir, Saúde, Servir – 1952-1974”. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

GONÇALVES, Rodrigo Carvalho. Imagens rurais: uma análise da extensão rural em minas gerais através das fotografias da revista EMATER-MG. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa, 2012.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil: Política Agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980.** São Paulo: Hucitec, 1997.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico Banco de dados. Disponível em: <http://memoria.ibge.gov.br/pt/sintese-historicas/historicos-dos-censos/censos-agropecuarios>. Acesso em: 16/10/2014.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível em <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx>.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTÍNEZ, Esteban. Juventude. In: Silva, Benedicto. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Ensino Agrícola e Influência Norte-Americana no Brasil (1945-1961). *Revista Tempo*, p. 139-165, 2009.

MESQUITA, Livia Aparecida Pires de. MENDES, Estevane de Paula Pontes. Modernização da Agricultura e Formação dos Complexos Agroindustriais. São Paulo: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, p. 1-17, 2009.

MÉSZAROS, Isteván. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Bomtempo, 2005.

MINAYO, Maria. Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. São Paulo: *Revista Estudos avançados*, vol.15, n.43, p. 83-100, setembro/dezembro, 2001.

NETO, João Amato. A indústria de máquinas agrícolas no Brasil - origens e evolução. São Paulo: *Revista Administração de Empresas*, vol. 25, n.3, p.57-69, julho/setembro, 1985.

OLINGER, Glauco. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis: Epagri, 1996.

_____. **Extensão rural e política agrícola**. Brasília: Embrater, 1984.

OLIVEIRA, Mauro Márcio. As Circunstâncias da criação da Extensão Rural no Brasil. Brasília: *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v.16, n.2, p.97-134, maio/agosto, 1999.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias. Extensão rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1974). Niterói: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2013.

PAULO, Maria de Assunção Lima. **Juventude Rural: suas construções identitárias**. Recife: Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

PINHO, Larissa Assis. **Civilizar o campo: educação e saúde nos cursos de aperfeiçoamento para professores rurais – Fazenda do Rosário (Minas Gerais, 1947-1956)**. In: LIMA E FONSECA, Thaís Nívea; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **História da Educação: Temas e problemas**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação**. Textos para discussão, Brasília: 2008.

PINTO, Eudes de Souza Leão. A Extensão rural no Brasil, Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica, Recife, vols. 5 e 6, p.35-43, 2008-2009.

RECK, Franklin. **The 4-H History**. National 4-H Service Committee and the Iowa State University Press. Ames, Iowa, U.S.A. 1957.

RIBEIRO, Maria das Graças. Caubóis e caipiras. Os land-grant colleges e a Escola Superior de Agricultura de Viçosa. História da Educação/ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n.19, p.105-119, abril/2006.

RIBEIRO, Maria das Graças. A Constituição das Ciências Humanas numa Universidade Rural. Disponível em: www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/584.pdf. Acesso em: 13/12/2014.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1993.

SANTOS, Jânio Ribeiro. **Da educação rural à educação do campo: um enfoque sobre as classes multisseriadas**. IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade. Laranjeiras, Sergipe: 2010.

SEPULCRI, Odílio. Estratégias e Estratégias Institucionais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (EMATER-PR). Curitiba: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 2005.

SILVA, Claiton Márcio. “Saber, Sentir, Servir e Saúde: a construção do novo jovem rural nos Clubes 4-S, SC (1970-1985)”. Florianópolis: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

SILVA, José Graziano. **A Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. **O Novo Rural Brasileiro**. 2 ed. Campinas: IE/UNICAMP, Coleção Pesquisas – 1, p. 1-17, 1999.

SILVA, Yuri Vasconcelos. CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. Juventude Rural e Políticas de Extensão Rural do Instituto Agronômico De Pernambuco. Revista Contexto e Educação, editora Unijuí, Ano 27, nº 87, p. 104-127, Janeiro/Junho. 2012.

SILVA, Ana Paula, OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier. O modelo cooperativo de extensão dos Estados Unidos: possíveis contribuições para o Brasil. Viçosa: Revista Ceres, v. 57, n.3, p. 297-306, maio/junho, 2010.

SOUZA, Sirlei de Fátima. Tradição X modernização: a ação dos Clubes 4-S em Passo Fundo (1950-1980). Dissertação de Mestrado, Universidade de Passo Fundo, 2004.

SPEYER, Anne Marie. **Educação e campesinato. Uma educação para o homem do meio rural.** São Paulo: Edições Loyola, 1983.

SPOSITO, Marilia Pontes (coord.). **Juventude e Escolarização (1980/1998).** Brasília: MEC/INEP/Comped, 2002.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. Três Lagoas, Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas, v. 2 – n. 2. Setembro, 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 3.ed., São Paulo: Atlas, 2000.

VIEBRANTZ, Kerli Paula Melz. A extensão rural: ambiente, agricultura e Associativismo. *Revistas Grifos*, n. 25, Dezembro: 2008.

WESSEL, Thomas. WESSEL, Marilyn. **National 4-H Concil.** Chevy Chase, Maryland: EUA, 1982.

WEISHEMER, Nilson. **Juventudes Rurais: mapa de estudos recentes.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

6.1. FONTES DOCUMENTAIS:

EXTENSÃO EM MINAS GERAIS. Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR, Belo Horizonte: Ano I, nº3, julho/agosto - 1972.

EXTENSÃO EM MINAS GERAIS. Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR Informativo n.13, Belo Horizonte: Julho/Agosto – 1974.

EXTENSÃO EM MINAS GERAIS. Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural de Minas Gerais. EMATER-MG. Informativo n. 23, Belo Horizonte: Setembro, 1977.

EXTENSÃO EM MINAS GERAIS. Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural de Minas Gerais. EMATER-MG. Informativo n. 23, Belo Horizonte: Abril/Maio 1980.

EXTENSÃO EM MINAS GERAIS. Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR Informativo n.13, Belo Horizonte: Janeiro/Fevereiro/Marco - 1982.

EXTENSÃO EM MINAS GERAIS. Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural de Minas Gerais. EMATER-MG. Informativo n. 23, Belo Horizonte: Maio/Junho- 1983.

PAULA, de José Alfredo Amaral. Associação de Crédito e Assistência Rural - Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural de Minas Gerais. Memória Histórica. Belo Horizonte: 1998.

APÊNDICE A

Roteiro de Entrevista Clubes 4-H EUA.

- 1- Gostaria que a senhora falasse um pouco sobre as ações desenvolvidas atualmente pelo Clube 4-H.
- 2- O serviço é vinculado apenas a Universidade ou existem outras instituições ou pessoas envolvidas no trabalho?
- 3- Foi possível perceber que nos Estados Unidos o trabalho do Clube 4-H é realizado tanto no meio rural como no meio urbano, como se deu essa expansão? Há diferenças entre o trabalho desenvolvido com os jovens rurais e urbanos?
- 4- A senhora saberia informar como surgiu o clube 4-H e quais foram as principais transformações ocorridas durante a trajetória desse trabalho?(Há algum museu 4-H?).
- 5- O serviço é mantido apenas pelo patrocínio de empresas que apoiam o 4-H ou existem outras formas de arrecadação de recursos para o programa?
- 6- Existe algum cronograma histórico sobre as ações do 4-H? A senhora saberia teria alguma informação sobre expansão do programa em outros países?
- 7- O 4-H mantém contato com programas similares em outros países?
- 8- O 4-H funciona como uma organização única em todo o país ou é independente em cada estado? Há uma diretoria a nível nacional no Clube?
- 9- Qual a participação do Governo Federal e Estadual no programa?

APÊNDICE B

Roteiro de entrevista para os extensionistas que trabalharam com o 4-S (EMATER-MG).

- 1- Gostaria que você falasse um pouco como era seu trabalho dentro do clube 4-S. (suas tarefas; como aprendeu a executá-las; se trabalhou sozinho (a) ou em grupos; quantas horas eram dedicadas ao trabalho com o clube por semana).
- 2- Vocês extensionistas tinham que prestar conta sobre as ações desenvolvidas no clube?
- 3- Em qual município e clube você trabalhou? E qual era aproximadamente o número de jovens envolvidos?
- 4- Como era a divisão dos clubes? Havia um limite de jovens por cada clube?
- 5- Havia curso de preparação para começar a desenvolver o trabalho com os jovens? Como você avalia esse treinamento?
- 6- Como a família e a comunidade enxergavam o trabalho desenvolvido com os jovens?
- 7- Como era formado o quadro de funcionários que trabalhavam com o clube 4-S? O serviço era prestado apenas pelos funcionários da EMATER ou havia outros agentes?
- 8- Quais eram as instituições que promoviam ações de apoio voltadas para o clube?
- 9- Para você, quais foram os principais motivos que levaram á extinção do clube no Brasil? Como foi dada a notícia (para os extensionistas e para os jovens associados) que as atividades seriam encerradas?
- 10- Como você considera a relação dos jovens quatroessitas com os agentes/extensionistas?
- 11- Para você quais foram as mudanças que ocorreram no trabalho da Extensão Rural entre a época dos Clubes 4-S e atualmente?

12- Há alguma informação que você julga importante ressaltar e que não foi mencionada nessa entrevista?

ANEXO 1

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

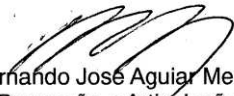
DIRPA/EXTER/004/2014

Belo Horizonte, 02 de Julho de 2014.

Ref.: Autorização de pesquisa

Autorizamos a Sra. Solange Batista de Souza, CPF 023.277.131-61, estudante da Universidade Federal de Viçosa – UFV, a desenvolver pesquisa intitulada: “ Clubes 4-S e Juventude Rural no Brasil(1950 a 1980)”, nas dependências da Emater-MG, localizada na Avenida Raja Gabáglia, 1626, Bairro Gutierrez, Belo Horizonte/MG, CNPJ 19.198.118/0001-02, sob orientação da Professora Dra. Sheila Maria Doula.

Atenciosamente,


Fernando José Aguiar Mendes
Diretor de Promoção e Articulação Institucional